

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU GESTÃO EM ARQUIVOS**

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM
ARQUIVOS: A EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO
HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Edina Maria Gomes da Cunha Pureza

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS:
A EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO HISTÓRICO
DE PORTO ALEGRE**

por

Edina Maria Gomes da Cunha Pureza

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão em Arquivos

Orientador: Prof. Me. Eneida Izabel Schirmer Richter

Santa Maria, RS, Brasil

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Bibliotecária Cláudia Cunha - CRB 10/1942

P985p Pureza, Edina Maria Gomes da Cunha
A prática da Educação Patrimonial em arquivos: a experiência do Arquivo Histórico de Porto Alegre / Edina Maria Gomes da Cunha Pureza . – Cruz Alta, 2011.
87 f. : il.

Orientador: Prof. Me. Eneida Izabel Schirmer Richter

Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Pós-Graduação a Distância, Cruz Alta, 2011.

1. Educação Patrimonial. 2. Ações educativas em arquivos. 3. Patrimônio cultural. 4. Arquivo Histórico de Porto Alegre. I. Richter, Eneida Izabel Schirmer. II. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Curso de Pós-Graduação a Distância Gestão em Arquivos III. Título.

CDU 930.25:37

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS:
A EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE**

elaborada por
Edina Maria Gomes da Cunha Pureza

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão em Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Eneida Izabel Schirmer Richter, Me.
(Presidente/Orientador)**

Fernanda Kieling Pedrazzi, Me. (UFSM)

Sonia Elisabete Constante, Me. (UFSM)

Santa Maria, 22 de outubro de 2011.

DEDICATÓRIA

*Aos meus avós (in memoriam)
Aos meus amados pais Edison e Maria.*

AGRADECIMENTOS

*Ao meu Amado Salvador Jesus Cristo por Seu infinito amor e cuidado por mim.
Tudo que sou e tudo que tenho vem Dele.
Ele é minha rocha, meu tudo, sem Ele eu nada seria.*

*A minha irmã Claudia por ser minha melhor amiga e companheira de todos os momentos. Eu não teria conseguido sem você! Tua ajuda foi fundamental para que eu chegasse até aqui! Que palavras usar para lhe agradecer?
Só Deus pode lhe recompensar.*

Ao meu marido, meu amor, Moisés, por me amar, me completar e me fazer feliz todos os dias. Obrigada por me dar todo apoio quando estava envolvida neste trabalho.

Aos meus pais Edison e Maria em honra a tudo que são na minha vida e tudo o que sempre me ensinaram. Amo vocês sempre!

A minha amiga Marelice por revisar meu português e me ajudar com as regras gramaticais. Sou grata a Deus pela amizade tão linda que construímos.

A Rosane Fluck coordenadora do Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, por permitir e auxiliar a realização deste trabalho. Você é ótima no que faz!

*As colegas de curso Jacqueline Mative, Sandra Gomes e Tatiane Salles por me acompanharem nesta trajetória.
Sentirei saudades dos momentos que passamos juntas.*

Aos professores e funcionários do Curso de pós-graduação a distância Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos que possibilitaram a realização dessa especialização. Agradeço a todos!

Aos meus colegas da Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral por me apoiarem na conclusão deste curso. É especial ter a companhia diária de vocês.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que eu chegasse até aqui, o meu muito obrigada!

O amor de Deus é melhor do que a vida!

Salmo 63:3

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação – Lato Sensu – Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Aberta do Brasil

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS: A EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE

Autora: Edina Maria Gomes da Cunha Pureza

Orientadora: Eneida Izabel Schirmer Richter

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de outubro de 2011.

Apresenta as atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV). Tem como finalidade descrever e analisar as atividades desenvolvidas na Instituição e compará-las com a teoria da Educação Patrimonial. A pesquisa classifica-se quanto a sua natureza como aplicada e quanto aos objetivos como descritiva. Segundo os procedimentos assume caráter de estudo de caso com uma forma de abordagem qualitativa. Os instrumentos para coleta de dados foram entrevistas não-diretivas com a responsável pelo Programa de Educação Patrimonial, consulta a publicações do AHPAMV e observação assistemática de cinco atividades do Programa. Foi possível constatar que o referido Programa é elaborado de acordo com a metodologia proposta pela teoria da Educação Patrimonial e desenvolvido de maneira permanente no Arquivo. As atividades desenvolvidas são de cunho educacional e tem por objetivo proporcionar ao público conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio cultural sensibilizando e conscientizando para a necessidade de preservação dos bens patrimoniais documentais, culturais e naturais, materiais e imateriais. Concluiu-se que, por meio das atividades que compõem o Programa de Educação Patrimonial, o Arquivo desenvolve um serviço de assistência educativa de forma dinâmica, sistemática e crescente. Recomenda-se a continuidade de estudos sobre o uso da Educação Patrimonial como forma de os arquivos prestarem assistência educativa.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; ações educativas em arquivos; patrimônio cultural

ABSTRACT

Monograph
Graduation Course – Lato Sensu – Records Management
Universidade Federal de Santa Maria
Brazilian Open University

THE PRACTICE OF HERITAGE EDUCATION AT ARCHIVES: THE EXPERIENCE OF HISTORICAL ARCHIVE OF PORTO ALEGRE

Author: Edina Maria Gomes da Cunha Pureza
Adviser: Eneida Izabel Schirmer Richter
Defense Place and Date: Santa Maria, October 22st, 2011.

Presents the activities undertaken by the Heritage Education Historical Archives of Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV). Aims to describe and analyze the activities of the institution and compare them with the theory of heritage education. The survey classified themselves as their nature as applied and as descriptive as to the objectives. Under procedures has a by-case study with a form of qualitative approach. The instruments for data collection were non-directive interviews with the Program Officer for Heritage Education, consulting and publications AHPAMV and no systematic observation of five activities of the Program. It was found that the program is prepared in accordance with the methodology proposed by the theory of heritage education and developed a permanent file. The activities are an educational and aims to provide the public with knowledge, ownership and promotion of cultural heritage and awareness raising awareness for the need to preserve assets documentary, cultural and natural, material and immaterial. It was concluded that through the activities that make up the Heritage Education Program develops a file service educational assistance in a dynamic, systematic and growing. It is recommended to continue their studies on the use of heritage education as a way to provide educational assistance files.

Keywords: Heritage Education; archives educational action; cultural heritage

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA 1 - AHPAMV	42
FOTOGRAFIA 2 - Sala de pesquisas do AHPAMV	45
FOTOGRAFIA 3 - Acervo do AHPAMV	47
FOTOGRAFIA 4 - Documento histórico apresentado durante a visita guiada	59
FOTOGRAFIA 5 - Detetive Coruja – Projeto Vivo Toque	61
FOTOGRAFIA 6 - Árvore centenária do patrimônio natural do Arquivo.....	64
FOTOGRAFIA 7 - Seres da natureza – literatura e os arquétipos brasileiros.....	65
FOTOGRAFIA 8 - Maga das Ervas - o patrimônio imaterial e a medicina da natureza	66
FOTOGRAFIA 9 - Cores da natureza – as tintas ancestrais	67
FOTOGRAFIA 10 - Sons da natureza – a expressão sonora da vida.....	68
FOTOGRAFIA 11 - Formação de professores.....	69

LISTA DE SIGLAS

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SMEC – Secretaria Municipal de Cultura

EPAHC – Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural

SMA – Secretaria Municipal de Administração

SMC – Secretaria Municipal da Cultura

EJA – Educação de Jovens e Adultos

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Delimitação do tema.....	18
1.2 Delimitação do universo	18
1.3 Objetivos	18
1.3.1 Objetivo geral	18
1.3.2 Objetivos específicos.....	18
1.4 Justificativa.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Patrimônio	20
2.2 Educação Patrimonial	23
2.3 Metodologia da Educação Patrimonial	25
2.4 Ações educativas e culturais em arquivos.....	27
2.5 Educação Patrimonial em arquivos	30
3 METODOLOGIA	32
3.1 Classificação da pesquisa	32
3.2 Coleta de dados	33
3.3 Análise e interpretação dos dados	34
4 ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO	35
4.1 Sinopse histórico-administrativa do Arquivo Histórico.....	35
4.2 Quem foi Moysés Vellinho.....	38
4.3 Finalidades do Arquivo	39
4.4 Instalações e equipamentos.....	41
4.4.1 Histórico das casas	41
4.4.2 Ocupação dos ambientes.....	42
4.4.2.1 Casa 1	43

4.4.2.2 Casa 2	43
4.4.2.3 Anexo à casa 2.....	44
4.4.2.4 Laboratório de restauração	44
4.4.2.5 Sala de pesquisas	45
4.4.2.6 Sala dos técnicos	46
4.5 Organização administrativo-funcional	46
4.6 O acervo.....	46
4.6.1 Documentos arquivísticos	48
4.6.1.1 Fundos documentais públicos	48
4.6.1.2 Fundo e coleção privados	50
4.6.2 Coleções	50
4.6.2.1 Biblioteca.....	50
4.6.2.2 Hemeroteca.....	51
4.6.2.3 Legislação	52
4.7 Instrumentos de pesquisa do Arquivo	52
4.7.1 Publicações	52
4.7.2 Instrumentos de pesquisa internos.....	53
4.8 Serviços oferecidos à comunidade.....	53
5 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO AHPAMV	55
5.1 Histórico do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV	55
5.2 Objetivos do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV	57
5.3 Atividades do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV	57
5.3.1 Visita guiada.....	58
5.3.2 Projeto Papel Antigo e Papel Velho	59
5.3.3 Projeto Vivo Toque.....	60
5.3.4 Projeto Brincando de Editar.....	61
5.3.5 Projeto Descobrimdo a Arquivologia	62
5.3.6 Projeto Sensibilização para a vida no âmbito humano, cultural e ambiental....	63
5.3.6.1 Seres da natureza – literatura e os arquétipos brasileiros.....	64
5.3.6.2 Maga das Ervas – o patrimônio imaterial e a medicina da natureza	65
5.3.6.3 Cores da natureza – as tintas ancestrais	66
5.3.6.4 Sons da natureza – a expressão sonora da vida	67
5.4 Outras atividades realizadas no AHPAMV:	68
5.4.1 Brincando no Arquivo	68

5.4.2 Estágio curricular em Educação Patrimonial	68
5.4.3 Formação de professores.....	69
6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	70
6.1 Finalidade do Arquivo	70
6.2 Objetivos do Programa.....	70
6.3 Metodologia aplicada	71
6.4 Recursos humanos	71
6.5 Demais recursos utilizados.....	71
6.6 Público alvo	72
6.7 Linguagem empregada.....	73
6.8 Atividades desenvolvidas	73
6.8.1 Visita guiada.....	73
6.8.2 Projeto Vivo Toque.....	74
6.8.3 Vivência lúdica: Maga das Ervas – o patrimônio imaterial e a medicina da natureza	75
6.8.4 Vivência lúdica: Cores da natureza – as tintas ancestrais.....	76
6.8.5 Vivência lúdica: Seres da natureza – literatura e os arquétipos brasileiros.....	78
6.9 A teoria da Educação Patrimonial e o Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV	79
7 CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a prática da Educação Patrimonial em arquivos e para isso apresenta as atividades que compõem o Programa de Educação Patrimonial desenvolvido pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV). O trabalho foi desenvolvido com a finalidade de descrever e analisar as atividades desenvolvidas no AHPAMV e compará-las com os fundamentos teóricos da Educação Patrimonial entendida como um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Nesse contexto, o trabalho está estruturado em sete capítulos: No primeiro capítulo consta a introdução detalhando a delimitação do tema, o universo da pesquisa, os objetivos, a justificativa e uma síntese relacionando as partes constituintes do trabalho.

Seguido da introdução, há no segundo capítulo a fundamentação teórica a qual apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa e revela como o tema em estudo vem sendo conduzido. O referencial teórico versa sobre os conceitos de patrimônio, Educação Patrimonial e ações educativas e culturais em arquivos. Buscou-se verificar o quanto esses conceitos estão presentes nas atividades desenvolvidas no arquivo em questão.

No terceiro descreve-se a metodologia da pesquisa destacando a classificação da pesquisa e os procedimentos utilizados na coleta de dados e na análise e interpretação dos dados.

No quarto capítulo há uma descrição geral do AHPAMV abrangendo a sinopse histórico administrativa do Arquivo, biografia de Moysés Vellinho, finalidades do Arquivo, instalações e equipamentos, organização administrativo-funcional, descrição do acervo, instrumentos utilizados para pesquisa e serviços oferecidos a comunidade.

No quinto capítulo consta um detalhamento do Programa de Educação Patrimonial desenvolvido no Arquivo, foco principal da pesquisa, no qual se descreve o histórico do Programa, seus objetivos e as atividades realizadas pelo Arquivo. As atividades do Programa de Educação Patrimonial desenvolvidas no

AHPAMV encontram-se descritas de modo a evidenciar os objetivos, a aplicação e o público alvo de cada ação.

No sexto capítulo há a análise e interpretação dos dados. Os dados foram analisados e interpretados de acordo com a fundamentação teórica sobre o tema e com os objetivos da pesquisa tendo como base as atividades observadas. A análise se deu nos seguintes tópicos: finalidade do Arquivo, objetivos do Programa de Educação Patrimonial, metodologia aplicada, recursos, público alvo, linguagem empregada e atividades desenvolvidas, finalizando com um comparativo entre determinadas considerações descritas na fundamentação teórica e o Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV.

Por fim, no sétimo e último capítulo consta a conclusão da pesquisa.

1.1 Delimitação do tema

Educação Patrimonial em arquivos.

1.2 Delimitação do universo

O universo da pesquisa limitou-se ao AHPAMV.

1.3 Objetivos

Em razão do tema proposto a pesquisa pretende alcançar os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas pelo AHPAMV.

1.3.2 Objetivos específicos

– descrever as atividades desenvolvidas no Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV;

- comparar as atividades desenvolvidas no AHPAMV com os fundamentos teóricos da Educação Patrimonial;
- colaborar com profissionais arquivistas que queiram implantar práticas educativas em suas instituições.

1.4 Justificativa

A escolha do tema se deu pelo fato da Educação Patrimonial ter uma metodologia possível de ser aplicada em arquivos que busquem desenvolver ações educativas de qualidade e que almejem ter um diferencial que fortaleça o vínculo com seus usuários, assim como pelo fato de ser uma área ainda pouco explorada pelas instituições arquivísticas brasileiras. O universo da pesquisa limitou-se ao AHPAMV por o mesmo ser uma Instituição do Rio Grande do Sul que desenvolve um importante trabalho na área de Educação Patrimonial o qual vem se aperfeiçoando de maneira contínua ao decorrer dos anos. Espera-se, desta maneira, divulgar a metodologia da Educação Patrimonial e incentivar discussões multidisciplinares a respeito do tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a revisão de literatura que fundamenta a pesquisa e revela como o tema em estudo vem sendo conduzido. Esta fundamentação versa sobre os conceitos de patrimônio, Educação Patrimonial e ações educativas e culturais em arquivos.

2.1 Patrimônio

Pode-se conceituar Patrimônio como “bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornarem protegidos, devem ser preservados para o usufruto de todos os cidadãos” (FERREIRA, 2009).

Porém, esse conceito de patrimônio e suas formas de proteção foram se modificando e evoluindo de maneira gradativa. Machado (2004) destaca que as primeiras medidas de proteção ao patrimônio pelo Poder Público remontam ao século XVIII, na França, no período da Revolução Francesa. Já no século XIX ocorre a intensificação dos debates sobre o que deveria ou não ser enquadrado como patrimônio nacional e, portanto, integrar a base cultural de uma dada sociedade. No Brasil essa discussão se dá no período de início da República:

A discussão sobre patrimônio no Brasil intensificou-se no início da República, momento em que emergem novos grupos sociais, e em que o positivismo e o evolucionismo influenciam a maneira de perceber a realidade social. As cidades crescem de maneira mais intensa, anuncia-se a substituição das importações e a reorganização da estrutura produtiva, e o movimento modernista lança as bases da discussão sobre a dependência cultural e o nacionalismo. Nesse contexto, as discussões sobre a identidade nacional traduzem-se na preocupação com o patrimônio histórico nacional, implementado por uma nova elite de base urbana que se opunha ao predomínio das elites agrárias. Gonçalves (1996, p. 39 apud MACHADO, 2004, p. 11).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, as discussões sobre patrimônio se intensificaram, através de encontros realizados tanto no Brasil quanto no exterior, os quais resultaram em inúmeros documentos sobre formas de proteger o patrimônio nas diferentes nações. No decorrer das discussões as influências dos diferentes

campos do conhecimento contribuíram para se ampliar a idéia de patrimônio, e o adjetivo cultural passou a ganhar maior ênfase (MACHADO, 2004).

Em 1978, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) identificou onze categorias de atividades culturais, sendo que uma delas é o patrimônio cultural. Integram esta categoria: os monumentos históricos, os sítios arqueológicos, os museus e os arquivos. O Patrimônio é constituído de um conjunto de elementos materiais e imateriais, de ordem cultural, encarregados de significações múltiplas, com dimensão coletiva e transmitido de geração a geração [...]. A UNESCO promove a proteção e conservação do patrimônio cultural universal que, a partir de uma legislação adequada, determina o conteúdo e alcance da proteção, enumera os bens culturais e define as medidas destinadas a assegurá-los (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2009, p. 39; 41).

No Brasil, a consolidação do conceito de Patrimônio cultural se firmou por meio do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o qual declara:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A consagração dessa nova concepção de patrimônio cultural, mais abrangente e democrática pela Constituição Federal representou um grande avanço na proteção do patrimônio cultural brasileiro. O texto amplia a noção de patrimônio cultural e valoriza a pluralidade cultural num contexto de busca da concretização da cidadania e de direitos culturais (SANTILLI, 2007). A amplitude dada ao conceito de patrimônio o qual também passou a contemplar as diversas expressões culturais fez com que o governo criasse outro documento importante: o Decreto nº 3.551/2000. Esse decreto cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, dividindo o registro em quatro livros: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares (BRASIL, 2000).

Em uma visão geral o patrimônio cultural pode ser classificado em:¹

a) Patrimônio material: envolve maneiras de vestir, hábitos alimentares, instrumentos musicais, obras de arte, técnicas construtivas, monumentos, máquinas e equipamentos, móveis, moedas e etc.

b) Patrimônio imaterial: abrange as mais diferentes formas de saber, fazer e criar, como músicas, contos, lendas, danças, receitas culinárias, técnicas artesanais e de manejo ambiental. Incluem, ainda, os conhecimentos, inovações e práticas culturais de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, que vão desde formas e técnicas de manejo de recursos naturais até métodos de caça e pesca e conhecimentos sobre sistemas ecológicos e espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas.

c) Patrimônio arquitetônico ou edificado: abrange as construções de diferentes usos como: residências, fortificações, templos, praças, edifícios públicos, fábricas, silos, portos, moinhos e etc.

d) Patrimônio ambiental ou natural: envolve os elementos naturais que são representativos da fauna e flora da região, bem como os mananciais hídricos e as reservas minerais.

e) Patrimônio arqueológico: compreende os vestígios materiais dos primeiros agrupamentos humanos: seus antigos locais de moradia, seus artefatos, restos alimentares, representações artísticas, rituais, etc. Um sítio arqueológico reúne a cultura material das sociedades do passado.

f) Patrimônio artístico: engloba as obras de arte, danças folclóricas, manifestações musicais, pinturas, esculturas, artesanato e etc.

g) Patrimônio religioso ou sacro: reúne todos os elementos significativos das crenças e manifestações de fé, independentemente da religião: igrejas, objetos e utensílios que fazem parte dos rituais, estatuária e etc.

h) Patrimônio da humanidade ou patrimônio mundial: compreende o patrimônio natural e cultural de qualquer país que, por seu valor histórico, arqueológico ou artístico, seja importante para todos, pois é resultado de uma notável realização humana. Esse valor transcende as fronteiras territoriais e, por isso, esse tipo de patrimônio recebe ajuda internacional para sua proteção.

¹ Fonte: Machado (2004) e Santilli (2007).

Em sentido amplo os bens culturais contribuem para a formação de identidades de grupos e categorias sociais, fazem parte da memória coletiva e possibilitam o estabelecimento de elos de pertencimento (MACHADO, 2004). O conhecimento do Patrimônio cultural em suas diferentes manifestações e a sua apropriação pela sociedade são fatores indispensáveis no processo de preservação e no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

O patrimônio cultural contribui para o processo de identificação na medida em que permite que conheçamos os quadros de referência do passado percebendo as semelhanças e diferenças na paisagem cultural, constantemente transformada. A preservação do patrimônio cultural está, pois, associada à cidadania, condição primeira para a transformação social (MACHADO, 2004, p. 6).

Dessa maneira, o patrimônio deve ser valorizado em suas dimensões econômica, social e cultural e deve ser investigado, conhecido, difundido e utilizado sempre em combinação com todo o tipo de políticas públicas e privadas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2009). No entanto, Machado (2004) afirma que a ação mais eficaz para garantir a preservação do Patrimônio cultural passa pelo conhecimento e pela difusão da sua existência, ou seja, a educação das futuras gerações para a apropriação e conservação do patrimônio.

2.2 Educação Patrimonial

Propondo o desenvolvimento de ações educacionais direcionadas para o uso e apropriação dos bens culturais que compõem o patrimônio histórico e cultural, a Educação Patrimonial surge. Inspirada no trabalho pedagógico Heritage Education desenvolvido na Inglaterra, a proposta metodológica da Educação Patrimonial é apresentada no Brasil em 1983 durante o 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, organizado pelo Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. A partir desse evento a Educação Patrimonial começa a ser difundida no país e ações educacionais começam a ser desenvolvidas nas instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A Educação Patrimonial é definida como:

Processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Desta forma, a Educação Patrimonial se firma como o processo constante de ensino-aprendizagem que tem como principal objeto de estudo o Patrimônio cultural e suas manifestações. Através do desenvolvimento de ações educativas dirigidas a diferentes públicos a Educação Patrimonial prioriza o conhecimento e a apropriação do Patrimônio cultural considerando-o como um instrumento gerador do sentimento de cidadania e de identificação cultural. Nesse sentido, por meio do contato direto com os bens patrimoniais novos conhecimentos são produzidos e a relação entre patrimônio e sociedade é estreitada.

Através de ações voltadas à preservação e compreensão do Patrimônio cultural, a Educação Patrimonial torna-se um veículo de aproximação, conhecimento, integração e aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos, objetivando que os mesmos (re) conheçam, (re) valorizem e se (re) apropriem de toda uma herança cultural a eles pertencente, proporcionando aos mesmos uma postura mais crítica e atuante na (re) construção de sua identidade e cidadania (QUEIROZ, 2004).

Neste contexto, a Educação Patrimonial atua na formação de cidadãos que passam a ter uma relação de pertencimento com o que se constitui patrimônio, como também se torna uma importante ferramenta de “alfabetização cultural” que permite que esse indivíduo faça a leitura do mundo que o rodeia, compreendendo o universo sócio-cultural e a trajetória histórico-temporal em que se encontra inserido (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6). Essa leitura e compreensão de mundo fazem com que surjam cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

A Educação Patrimonial é um recurso para o aprofundamento do olhar crítico sobre a realidade, presente e passada, e sua projeção no horizonte do futuro. Um instrumento de conhecimento que, uma vez dominado em suas potencialidades, dará ao que utiliza a capacidade de explorar o terreno sócio-cultural em que caminha, e dele tirar o alimento de que necessita para a identificação e valorização de si mesmo e de sua coletividade, de reconhecer suas raízes originais e de reconhecer-se nelas, com orgulho e consciência crítica (ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998, p. 7).

Dessa maneira, a Educação Patrimonial através de suas variadas formas de mediação possibilita a interpretação dos bens culturais e se torna um importante instrumento de promoção e vivência da cidadania (MORAES, [200-?], p. 5), uma vez que contribui de maneira relevante para a democratização da cultura e para a formação de cidadãos capazes de preservar e valorizar tudo que se constitui patrimônio e de se reconhecer como parte dele (FRATINI, 2009).

2.3 Metodologia da Educação Patrimonial

Por se tratar de um trabalho educacional centrado no Patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, a Educação Patrimonial conta com uma metodologia específica que tem como princípio norteador a experiência direta com os bens culturais em suas diversas manifestações. Segundo Horta (2000) ela se constitui como:

[...] uma proposta metodológica que procura tomar os bens culturais como fonte primária de um trabalho de ativação da memória social [...] promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e/ou reforçando a auto-estima e a capacidade de identificação dos valores culturais (HORTA, 2000, p. 35).

Uma vez que a metodologia proposta tem como objeto principal de estudo os bens culturais a fim de promover o conhecimento e a apropriação desses bens pela comunidade, o campo de atuação da Educação Patrimonial é bem amplo:

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Destacam-se nessa proposta metodológica quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação:

Etapas	Recursos / Atividades	Objetivos
1) Observação	Exercícios de percepção visual / sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, mediação, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive.	<ul style="list-style-type: none"> • identificação do objeto / função / significado; • desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas.	<ul style="list-style-type: none"> • fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.	<ul style="list-style-type: none"> • envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 11).

QUADRO 1 – Metodologia da Educação Patrimonial

Nessa proposta uma vez definido o tema de estudo (objeto, fenômeno, monumento, etc.), a ação educativa se desenvolve ao longo dessas etapas. Espera-se resumidamente na etapa de observação identificar o objeto, sua função e significado; na etapa de registro registrar o conhecimento observado; na etapa de exploração desenvolver a análise e interpretação do objeto; e na etapa de apropriação internalizar o conhecimento adquirido.

Estas etapas propostas pela Educação Patrimonial revelam uma série de conhecimentos e habilidades que podem ser adquiridos durante o processo educativo e assim contribuir de forma muito significativa para promover o desenvolvimento intelectual e psicológico, afetivo e cognitivo, ativando processos mentais, enriquecendo a memória individual e os mecanismos de registro e recuperação (HORTA, 2000, p. 30).

Entendendo a educação num sentido amplo como o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” (FERREIRA,

2009) a proposta metodológica da Educação Patrimonial auxilia no processo educativo uma vez que possibilita a aquisição de novos conhecimentos e habilidades. Ao se agregar ações que envolvam bens culturais no processo educativo se dinamiza e amplia o processo ensino/aprendizagem, como afirma Queiroz:

Através da Educação Patrimonial, o processo de ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e ampliado [...] Pode tornar-se um instrumento a mais no processo de educação que colabore com o despertar de uma consciência crítica e de responsabilidade para com a preservação do patrimônio [...] e a percepção da relação entre esse com sua identidade pessoal e cultural (QUEIROZ, 2004).

2.4 Ações educativas e culturais em arquivos

Far-se-á um breve histórico² sobre ações educativas desenvolvidas em arquivos pelo mundo com exemplos de atividades realizadas em alguns países, como França, Inglaterra, Itália, Espanha e Brasil.

A França foi pioneira no desenvolvimento de atividades educativas nos arquivos, criando em 1950 o *Service éducatif* no Arquivo Nacional, em Paris. Atualmente o serviço educativo conta também com a participação dos arquivos departamentais e municipais, num total de mais de cem arquivos. A fórmula empregada foi franquear o acesso aos professores das escolas públicas para que eles, em colaboração com o pessoal do arquivo, confeccionassem dossiês, preparassem exposições e publicações. Os serviços educativos se ocupam de todos os níveis educacionais, desde as primeiras séries até os universitários.

Na Inglaterra, existe o *Archive Education Service*, no qual um dos principais programas é chamado de *Teaching with Archives*. O sistema arquivístico britânico, como o resto de sua administração, é, porém, muito mais descentralizado do que o francês; isso também se manifesta nas atividades educativas, cujo peso e iniciativa correm por conta dos distintos centros arquivísticos.

Na Itália, o *Ufficio centrale per i beni archivistici* não promove diretamente essas atividades por falta de recursos específicos para este fim, ele limita-se a receber e transmitir informação sobre esse tipo de iniciativa. A maior quantidade ou

² Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Marketing aplicado aos arquivos**. Texto básico do curso de pós-graduação a distância Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos. Santa Maria, 2009.

variedade de atividades depende somente dos centros que as promovem, sejam atividades educativas sejam atividades artísticas. Apesar da falta de centralização, há uma tendência, especialmente dos *'archivi di stato'*, de promoverem atividades educativas, inclusive em muitos deles estão sendo criadas as *'secciones didáticas'*. Por outro lado, na Escola de Arquivo do Estado de Bolonha, foi criado um grupo de trabalho com os alunos de arquivística para estudar as possibilidades didáticas dos arquivos. Eles se dedicam a estudar as pesquisas que são feitas pelos alunos a partir de questões que surgem nas aulas de história.

Na Espanha, os arquivos da Cataluña começaram a oferecer os *Talleres de história* a partir de meados dos anos oitenta. Os projetos desenvolvidos em colaboração entre as administrações municipais e as escolas têm sido muito pontuais. Até bem pouco tempo, os arquivos e as instituições de ensino pertenciam a ministérios diferentes, o que terminava burocratizando a relação.

Em Barcelona, o Arquivo Municipal, em conjunto com as escolas, estão desenvolvendo uma experiência em que o foco de atenção está sobre as modificações urbanísticas ocorridas no bairro Barceloneta em função dos jogos olímpicos que ali se realizaram. Com base nos aspectos urbanísticos, eles desenvolvem pesquisas sobre o espaço urbano e as diferentes épocas, as edificações, atividades econômicas, características sociais dos habitantes, lazer, cultura, etc. Esta pesquisa é baseada em abundante documentação, que conta com mapas, fotografias, documentos administrativos, etc.

No Brasil, não são muitos os exemplos de ações educativas em arquivos, o caso mais comum são as visitas guiadas oferecidas para as escolas. A pesquisa que utiliza a documentação dos arquivos como fonte ainda é, entretanto, rara. O papel dos arquivos tem sido pouco explorado no país, embora a pedagogia brasileira seja renovadora e progressista.

Bellotto (2006, p. 246) destaca que “mesmo não sendo a função primordial do arquivo, essa nova abertura para a educação pode se constituir numa forma de aproximação que lhe garantirá um novo espaço social”. A abertura dos arquivos ao público escolar pode propiciar benefícios didáticos surpreendentes e o arquivo, se não levar em conta a importante força social que lhe oferece o mundo escolar, estará perdendo a oportunidade de desempenhar melhor a sua necessária participação na vida nacional (BELLOTTO, 2006).

Com o mesmo pensamento, Corsetti (2000, p. 54) defende “o uso dos acervos preservados como recurso didático, objetivando a integração do indivíduo em seu meio de uma forma crítica, dinâmica e reflexiva”. O reconhecimento da importância da contribuição didática do arquivo estabelece e fortalece o contato escola-arquivo.

Ao se engajar em um programa de cooperação com as escolas, [...] o arquivo histórico público estará contribuindo para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e, com isso, melhor poder dar a sua contribuição para forjar um futuro mais digno para esta mesma sociedade (BELLOTTO, 2000, p. 166).

Entretanto, a relação estabelecida entre arquivo e escola deve se desenvolver de forma contínua e progressiva de modo que se estabeleça um vínculo entre os dois. Bellotto (2000, p. 61) destaca que “o contato arquivo-escola não pode ser esporádico, “festivo”, inconsciente e casual. O que se propugna é a institucionalização da assistência educativa por parte do arquivo, de forma permanente, dinâmica e crescente”.

O serviço educativo de um arquivo deve fazer parte da estrutura organizacional da Instituição, não se limitando a constituir-se apenas em “eventos”, tais como as tradicionais visitas de estudantes a arquivos e museus, onde os documentos são mostrados como curiosidades, ainda que se lhes proporcionem longas explicações sobre eles (BELLOTTO, 2000, p. 162).

Quando institucionalizado no arquivo um serviço de assistência educativa é preciso que o entusiasmo inicial não se perca pelos caminhos da falta de recursos financeiros, materiais e humanos e, sobretudo, pela falta de estímulo e falta de apoio das instâncias superiores (BELLOTTO, 2000, p. 161).

O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; igualmente importantes são o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas (PAYNE, 1980 apud BELLOTTO, 2006, p. 230).

Os programas educativos e culturais são ampliação, para fora da sala de leitura/consulta, do serviço de atendimento normal ao usuário. Quando se reconhece que o público vai além dos que vêm ao recinto do arquivo, e perpassa por todos os componentes da comunidade, mesmo aqueles que nem sequer sabem o que seja o

arquivo, se gera a consciência que há todo um público potencial a se conquistar! (FREEMAN, 1984 apud BELLOTTO, 2000).

2.5 Educação Patrimonial em arquivos

O cenário sobre os arquivos brasileiros revela que a prática de ações educativas ainda não é freqüente nas instituições do país. Da mesma maneira, a prática da Educação Patrimonial em arquivos também não é ainda uma realidade dentro da arquivística brasileira. Conforme Fratini (2009), poucos autores da área discorrem sobre esse conceito e defendem esta prática, sendo pouco expressivo o número de projetos e experiências com Educação Patrimonial em arquivos brasileiros. A área carece de estudos e a literatura sobre o assunto precisa ser ampliada por professores com produções no âmbito da educação, e no âmbito patrimonial por especialistas nas diversas áreas que tangem o patrimônio histórico-cultural.

Uma vez que a metodologia da Educação Patrimonial tem um amplo campo de atuação podendo ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura pode, assim, também estar presente em instituições que detenham patrimônio histórico-cultural como os arquivos. Fratini (2009) destaca que a metodologia da Educação Patrimonial pode ser mais explorada em arquivos, e, assim, ganhar mais espaço e se tornar mais freqüente nas instituições brasileiras por meio de programas variados focando o público em geral, porém, o sucesso desses programas e atividades dependerá do empenho, das condições financeiras, de espaço, das características do acervo e da criatividade de cada Instituição.

A Educação Patrimonial centra no Patrimônio cultural seu objeto de estudo, e desta maneira, também encontra na documentação arquivística um campo a ser explorado. Bellotto (2002) destaca que os documentos dos arquivos são recursos culturais tanto quanto os livros, os manuscritos, as obras de artes, os objetos museológicos, etc. Desta maneira, fazem parte do patrimônio cultural de uma comunidade, nação ou povo. Além disso, “a soma dos fundos arquivísticos aos demais bens culturais produzidos no decorrer da evolução de determinada comunidade constitui o seu patrimônio cultural” (BELLOTTO, 2002, p. 168).

Ainda nesse contexto, Bellotto (2000, p. 154) afirma que “[...] através do tempo, os documentos de arquivos públicos, se peças imprescindíveis ao processo

decisório, administrativo e judiciário, passam, por causa do seu valor informativo permanente, a bens culturais”, ou seja, “[...] nem todo bem cultural é documento, mas todo documento quando já armazenado e custodiado por instituições competentes e adequadas à sua especificidade, é bem cultural” (BELLOTTO, 2000, p. 155). Desta forma, esse bem pode ser estudado e trabalhado numa dimensão mais cidadã:

O objetivo de organizar e conservar adequadamente os arquivos adquire toda a sua dimensão cidadã se assumimos que estes centros colaboram muito diretamente para a ascensão, entre outros, dos valores de patrimônio público, memória, identidade e conhecimento, os quais, e não por casualidade, se associam normalmente às finalidades irrenunciáveis do moderno conceito de cultura. (ALBERCH Y FUGUERAS, 2001 apud BELLOTTO, 2002, p. 170).

Compreendendo a documentação arquivística como bens culturais, a prática da Educação Patrimonial ganha espaço nas instituições arquivísticas. Fratini (2009) destaca ainda que “as contribuições vindas do desempenho de trabalhos na área de Educação Patrimonial podem ser inúmeras, influenciando os indivíduos, a sociedade e os arquivos”. Porém, Fratini (2009) lembra que a Educação Patrimonial por ser uma área em desenvolvimento apresenta muitas lacunas ainda a serem preenchidas, necessidade de espaço para novas propostas e crescimento das sugestões para incrementar e aperfeiçoar os programas existentes.

3 METODOLOGIA

Para Fonseca (2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 12) metodologia é

[...] o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Para a presente pesquisa os procedimentos metodológicos utilizados foram os seguintes:

3.1 Classificação da pesquisa

Lehfeld (1991 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31) define a pesquisa como “[...] o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade”.

A presente pesquisa classifica-se segundo sua natureza como aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos envolvendo verdades e interesses locais (SILVA; MENEZES, 2001).

Quanto à abordagem a pesquisa assume um caráter qualitativo, uma vez que tenta compreender a totalidade do fenômeno sem se preocupar com representatividade numérica (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois “[...] pretende descrever os fatos e fenômenos da determinada realidade” em questão Triviños (1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Segundo os procedimentos caracteriza-se como estudo de caso, pois envolve um estudo de uma entidade bem definida visando conhecer como e o porquê de uma determinada situação, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico, sem, porém, o pesquisador intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe (FONSECA, 1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 39).

3.2 Coleta de dados

Inicialmente buscou-se na literatura a fundamentação teórica necessária para o estudo do tema proposto. Após entrou-se em contato com a coordenação do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV para obter permissão para a realização da presente pesquisa. Mediante a autorização da pesquisa iniciou-se a coleta dos dados da Instituição e do Programa desenvolvido. O período de coleta e análise dos dados se deu entre os meses de junho a setembro do corrente ano.

Os instrumentos para coleta de dados da pesquisa foram os seguintes:

- a) entrevistas não-diretivas com a responsável pelo Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV as quais buscaram explorar amplamente o universo pesquisado;
- b) consulta a publicações do AHPAMV;
- c) consulta ao blog do AHPAMV;
- d) consulta a materiais textuais não publicados do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV consultados no Arquivo;
- e) observação assistemática de cinco atividades que compõem o Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV: Visita Guiada ao Arquivo realizada para uma turma de alunos de ensino superior; Visita Guiada ao Arquivo realizada para uma turma de alunos de ensino fundamental; Projeto Vivo Toque realizado com uma turma de alunos do ensino fundamental; Vivência lúdica Maga das Ervas – a Medicina da Natureza e o Patrimônio Imaterial realizada com uma turma de alunos do ensino fundamental; Vivência lúdica Cores da Natureza – as Tintas Ancestrais realizada com uma turma de alunos do ensino fundamental; Vivência lúdica Seres da Natureza – a Literatura e os Arquétipos Brasileiros realizada com uma turma de alunos do ensino fundamental.

Os dados coletados foram descritos de maneira a abranger as características principais do AHPAMV, tais como: sinopse histórico administrativa do Arquivo, biografia de Moysés Vellinho, finalidades do Arquivo, instalações e equipamentos, organização administrativo-funcional, acervo, instrumentos para pesquisa, serviços oferecidos a comunidade e o Programa de Educação Patrimonial.

3.3 Análise e interpretação dos dados

A análise tem como objetivo organizar e sumarizar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de resposta ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura de sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 2002, p. 168).

A análise e interpretação dos dados da pesquisa se deram nos seguintes tópicos:

- a) finalidade do AHPAMV;
- b) objetivos do Programa;
- c) metodologia aplicada;
- d) recursos humanos;
- e) recursos materiais;
- f) público alvo;
- g) linguagem empregada;
- h) atividades desenvolvidas;
- i) compatibilidade com a teoria da Educação Patrimonial.

Os dados foram analisados e interpretados de acordo com a fundamentação teórica sobre o tema e com os objetivos da pesquisa, tendo como base as atividades observadas. Ao final elaborou-se um comparativo entre determinadas considerações descritas na fundamentação teórica e o Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV.

4 ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO ³

Neste capítulo será detalhada a sinopse histórico administrativa do Arquivo, a biografia de Moysés Vellinho, as finalidades do Arquivo, as instalações e equipamentos, a organização administrativo-funcional, a descrição do acervo, os instrumentos utilizados para pesquisa e os serviços oferecidos a comunidade do AHPAMV:

4.1 Sinopse histórico-administrativa do Arquivo Histórico

Em 1830, os documentos do AHPAMV encontravam-se no Arquivo da Câmara Municipal de Porto Alegre. Nesse período foi solicitado que os documentos fossem colocados em ordem e inventariados. Para tanto, foram construídos móveis adequados para a guarda e uma pessoa foi contratada, no ano de 1841, para realizar a escrituração dos documentos.

Após houve a preocupação com a conservação e a guarda dessa documentação. Tal fato pode ser observado nos atos do poder executivo, representado pelo Intendente. Era concedido ao Diretor da Diretoria Central, a competência de “inspecionar o Arquivo da Intendência”; e aos chefes de secção, “remeter para o Arquivo os documentos que não forem necessários ao serviço corrente da secção”. No artigo 33 do Ato nº 9 aparece a figura do “arquivista” ao qual competia “§ 1º - receber, emagçar e rotular todos os documentos que lhe forem entregues; § 2º - mandar encadernar os jornais, relatórios, mensagens, leis e mais papéis que o Diretor da Diretoria Central designar; § 3º - fornecer, mediante recibo em livro especial, os documentos que lhe forem pedidos pela Diretoria; § 4º - catalogar todos os livros e documentos pertencentes ao Arquivo; § 5º - passar, com autorização do Intendente, as certidões que houverem de ser extraídas de livros e documentos arquivados.”

³ Fonte: GEHLEN, Juliano. **Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/guia_do_arquivo_historico_-_2ed.pdf>.

No ano de 1919, o Ato nº 149, de 15 de outubro, que “aprova o novo regulamento da Secretaria da Intendência”, possuía as mesmas diretrizes relativas ao Arquivo, ao arquivista e, ao Diretor-Geral. Somado a isso, havia a incumbência de “providenciar sobre a guarda e conservação de todos os documentos que forem recolhidos ao Arquivo”, além de “dirigir e inspecionar os serviços do Arquivo e portaria”.

Conforme o Ato nº 249, de 17 de janeiro de 1925, foi nomeado o arquivista da Intendência e, um mês depois, o intendente “dá nova organização aos serviços da Intendência Municipal”. Através do Ato nº 284 são referenciados o arquivamento de documentos e o Arquivo, além de regulamentar substituições e vencimentos de funcionários. Por meio do Decreto nº 145 de 27 de julho de 1928, que o Intendente “cria a Biblioteca e reorganiza o Arquivo Municipal”. Assim, foram evidenciadas duas preocupações daquela administração, conforme termos do próprio documento: 1ª - “reunir e organizar a Biblioteca dispersa nos vários departamentos da Municipalidade, para facilidade de consulta”; 2ª - “os documentos, livros e demais papéis do Arquivo do Município requerem uma organização e catalogação sob novos moldes, no intuito de fornecer rápidas informações ao público”. Assim, instituiu-se o cargo de Diretor das duas unidades, sendo esse nomeado no dia seguinte, através do Ato nº 694.

No dia 28 de janeiro de 1939, o então Prefeito, “considerando a necessidade de mais eficaz organização” no Arquivo da Diretoria de Contabilidade e Despesa, com o Decreto nº 56, de 28 de janeiro de 1939, “extingue o cargo de auxiliar de escrita e cria o de auxiliar arquivista [...]”. Em dezembro desse mesmo ano, os serviços internos da Prefeitura são reorganizados pelo Decreto-Lei nº 10. A Diretoria de Arquivo e Biblioteca passam a integrar a Diretoria-Geral do Expediente e do Pessoal, sendo nomeado como diretor, Walter Spalding, funcionário anteriormente investido do cargo de bibliotecário e que fica a sua frente por cerca de vinte anos.

No ano de 1941, devido a uma enchente e por ser considerado distante dos outros departamentos da Diretoria-geral, a Diretoria do Arquivo e da Biblioteca foi transferida da ala da parte térrea do Hotel Majestic. Já em 1941, o Arquivo da Diretoria-Geral de Obras e Viação é incorporado ao Arquivo Geral da Diretoria, ocasionando grande aumento no volume de documentos e de serviços.

Com a Lei nº 1.413, do dia 11 de junho de 1955, que “reorganiza os serviços da Prefeitura Municipal de Porto Alegre”, a Diretoria do Arquivo e Biblioteca é

transformada em Serviço de Documentação, vinculada ao Departamento de Administração que abrangia também a Secção de Comunicação e Arquivo. Cabia ao Serviço de Documentação, conforme item 5, do art. 31, “manter e administrar uma biblioteca especializada a qual terá também sob sua guarda a documentação histórica do Município”, entre outras atribuições; e, à Secção de Comunicação e Arquivo, cabia, além de outras competências, “arquivar os processos, livros e outros documentos provindos dos demais órgãos da Prefeitura”. Assim, os documentos considerados de valor histórico seriam armazenados juntamente com a biblioteca especializada. Nesse mesmo período, a Diretoria do Arquivo e Biblioteca já havia sido novamente transferida, conforme relatórios, para local de condições bastante precárias para seu funcionamento.

No ano de 1955, conforme a Lei nº 1.516, o nome dos departamentos foram alterados para secretarias, e o Departamento de Administração passa a chamar-se Secretaria Municipal da Administração, à qual ficam vinculados a Seção de Comunicação e Arquivo e o Serviço de Documentação. Em março de 1968, o acervo documental tomava corpo, com a transferência de documentos, livros, móveis e quadros do Serviço de Documentação da Secretaria Municipal da Administração para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), sob nº 38.976/68. Tal processo aconteceu em várias etapas.

O Setor de Divulgação Histórica na Divisão de Cultura da SMEC ficou instituído, informalmente, como responsável pela difusão da história de Porto Alegre. Mas a documentação, naquela época, era restrita aos estudiosos. Esse setor sofreu mudanças de localização e de estruturação muitas vezes antes de ter sua oficialização no quadro administrativo e seu local definitivo e apropriado.

O trabalho de restauração de documentos e de classificação dos fundos documentais, que viriam a formar o Arquivo Histórico, foi iniciado a partir de 1972. Segundo relatório interno, em 1973, “visando uma dinâmica mais racional”, o Setor de Divulgação Histórica fica responsável somente pela parte de difusão da história da Cidade, e cria-se, informalmente, o Arquivo Histórico de Porto Alegre, este encarregado do inventário, da classificação e da catalogação dos documentos. A Divulgação Histórica é, então, transferida de local.

Em 1975, o Arquivo Histórico abre o seu primeiro Livro de Registro dos Consulentes. No ano seguinte, conforme relatório administrativo ocorreu a transferência para “sala maior onde pode instalar uma grande mesa de leitura e

prateleira para a biblioteca de referência”. O lançamento de Primeiro Instrumento de Trabalho do Arquivo Histórico: Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores, 1764 – 1846 e 1804 – 1879, coleção Cadernos SMEC, n. 2, acontece em junho de 1976. Outros se sucedem em 1977 e 1978. Já o Decreto nº 6.974, de 22 de setembro de 1979, institui os Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre.

No dia 5 de maio de 1980, o Arquivo foi novamente transferido de local, e, em 1981, lança sua quarta publicação: Catálogo Básico do Arquivo Histórico de Porto Alegre. A criação oficial do Arquivo Histórico acontece somente em 1988, com a Lei nº 6.099, de 03 de março, que desvincula a Cultura da SMEC, instituindo a Secretaria Municipal da Cultura. No organograma da recém criada Secretaria, o Arquivo Histórico da Cidade de Porto Alegre aparece como equipamento vinculado à Coordenação da Memória Cultural. A sua regulamentação, no entanto, ainda não havia acontecido

Em 1989, a Lei nº 6.387, “dá o nome de Moysés Vellinho ao Arquivo Histórico de Porto Alegre.” Após quatorze anos, o AHPAMV se instala em local adequado e definitivo. Em 1994, inaugura suas novas instalações, onde hoje se encontra, na Avenida Bento Gonçalves, nº 1129 e 1149, desempenhando sua missão de recolhimento, guarda, conservação e disponibilização dos documentos considerados de valor histórico para o município de Porto Alegre.

4.2 Quem foi Moysés Vellinho

Moysés Vellinho (1901-1980), rio-grandense, nascido em Santa Maria, foi figura de destaque na vida cultural e política de Porto Alegre. Além de outros títulos, Moysés era Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, ensaísta, historiador, escritor, político e crítico literário.

Em 1926, foi designado para o cargo de Promotor Público em Caxias do Sul. No ano seguinte, transferiu-se para Jaguarão, assumindo o cargo de titular da Inspeção Estadual de Ensino em Porto Alegre. Atuou também como chefe do Gabinete da Secretaria do Interior do Estado do Rio Grande do Sul e depois como Oficial de Gabinete do Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro, capital do País na época. Por um período, atuou como Deputado Estadual, integrando a Assembléia na promulgação da Constituição Estadual de 1935, e depois, como membro do Departamento Administrativo do Estado.

No ano de 1945, Moysés Vellinho propõe a Henrique Bertaso, proprietário da Livraria do Globo, o lançamento de uma revista regional de cunho literário, com o objetivo de reunir, estimular e divulgar as atividades e realizações da vida cultural, principalmente dos autores do Rio Grande do Sul, como também dos autores nacionais e internacionais. Assim, foi criada a revista *Província de São Pedro*, sob sua direção, e editada até 1957.

Em 1952, assumiu a presidência da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, ocupando tal cargo por vinte anos. Além de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em que trabalhou de 1934 a 1968, foi também membro do Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul, tendo integrado a Comissão que fundamentou o parecer, em resposta à consulta feita pelo então Prefeito Ildo Meneghetti, em 1953, sobre a data de fundação da Capital.

Integrou em 1963, a Diretoria do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano, juntamente com o escritor Erico Veríssimo. Em 1967, foi um dos 24 membros, diretamente nomeados pelo Presidente da República para integrar o Conselho Federal de Cultura, compondo, com mais cinco ilustres, a Câmara de Letras.

Foi autor de ensaios como, *o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino*, *Eça de Queirós e o espírito de rebeldia*, e de livros a exemplo de *Capitania D'El Rey – Aspectos Polêmicos da História do Rio Grande do Sul*, e *Machado de Assis – histórias mal contadas e outros assuntos*, além de assinar obras com o pseudônimo de Paulo Arinos. O seu acervo foi entregue pela família à Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.

Em palavras do escritor Luis Augusto Fischer, Moysés Vellinho foi “Um daqueles que subiu com Getúlio e voltou em 32, vindo a desempenhar um enorme papel, como crítico literário de faro certo, como estudioso de literatura (é mais um da família de machadianos do sul), como historiador”.

4.3 Finalidades do Arquivo

O AHPAMV é a Instituição responsável pela guarda dos documentos históricos provenientes da administração do município de Porto Alegre, zelando pela preservação das informações neles contidas.

Conforme a Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, diz que “é dever do Poder

Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação”.

Deste modo, o Arquivo Histórico, como entidade mantenedora dos documentos públicos permanentes, possui a incumbência de recolher, higienizar, recuperar e/ou restaurar, organizar, acondicionar e preservar os documentos de terceira idade, produzidos e recebidos pelos poderes municipais, além de acervos privados de interesse à memória da cidade.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, todo cidadão “têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”. Para que o cidadão possa exercer seu direito, o arquivo deve produzir instrumentos de pesquisa, para oferecer aos usuários meios que permitam a identificação, localização e disponibilização desses documentos e as informações neles contida.

Compete ao AHPAMV:

- a) recolher, arranjar, conservar, restaurar e custodiar os documentos de terceira idade sobre a história da cidade;
- b) recolher, arranjar, conservar e manter sob sua guarda a hemeroteca do município, bem como a biblioteca de apoio;
- c) preparar e publicar instrumentos de pesquisa;
- d) divulgar o patrimônio documental do município;
- e) oportunizar acesso e orientar pesquisadores;
- f) estabelecer critérios para cuidados de integridade física dos documentos;
- g) articular-se com arquivos de outros órgãos do Município e Estado;
- h) promover exposições, cursos, seminários e outros eventos sobre temas afins à História e Arquivologia;
- i) pesquisar sobre a História de Porto Alegre;
- j) estabelecer intercâmbios com instituições similares, nacionais ou estrangeiras, objetivando a troca de experiências e conhecimentos;
- k) conscientizar a comunidade em geral sobre a importância dos documentos históricos;
- l) orientar e preparar estagiários e profissionais para atuarem em um arquivo permanente;
- m) assessorar instituições similares.

4.4 Instalações e equipamentos

Instalações e equipamentos do AHPAMV:

4.4.1 Histórico das casas

Até 1936, a Avenida Bento Gonçalves, onde o Arquivo Histórico de Porto Alegre está localizado, tinha o nome de Estrada do Mato Grosso e possuía prédios construídos no século XIX. No local do Arquivo, encontramos dois casarões, cujas áreas construídas se encontram dentro de uma extensão de 5.694 m², onde se procurou manter e preservar a vegetação existente. A área está listada no Inventário de Patrimônio Histórico de Porto Alegre, mas aguardando regulamentação.

Através de um levantamento historiográfico, constatou-se que as casas foram construídas na década de 1890, pelo Sr. Eugênio Pinto Cardoso Malheiros. Posteriormente, em 1902, o Sr. Malheiros escritura esse patrimônio como dote para sua futura esposa, Sra. Maria Júlia Menna Barreto, conforme Contrato Antenupcial de 15 de maio. Em 1914, as casas são passadas para Octacílio de Azevedo Caminha por certidão do segundo casamento da Sra. Maria Júlia Menna Barreto.

Após esse período, os imóveis são arrendados ao Governo do Estado para funcionamento de estabelecimentos de ensino. Até 1925, O Colégio Elementar Parthenon, antes Grupo Escolar Parthenon e posteriormente Colégio Elementar Oswaldo Aranha, Grupo Escolar Inácio Montanha e Escola Estadual de 1º e 2º Graus Inácio Montanha, estava instalado no local.

Depois que a Escola Inácio Montanha mudou-se, o Grupo Escolar Onofre Pires instalou-se nas casas até o ano de 1943. No ano seguinte, o Grupo Escolar tem sua denominação alterada, por decreto estadual, para Grupo Escolar Apeles Porto Alegre. Em 1951, um decreto municipal desapropria o imóvel, que é declarado de utilidade pública para a construção de prédios destinados a grupos escolares. Apesar da desapropriação, o Colégio Estadual Apeles Porto Alegre continua seu funcionamento normal nos prédios.

No ano de 1963, entra em funcionamento juntamente com o Grupo Escolar “Apeles Porto Alegre”, o Ginásio Estadual do Bairro Santo Antônio, passando a se chamar em 1965, Ginásio Estadual Arlindo Pasqualini. Em 26 de junho de 1976, é inaugurado o novo prédio da Escola Estadual de 1º Grau Apeles Porto Alegre. Sob a

denominação Escola Estadual de 1º Grau Apeles Porto Alegre, são unificados o Grupo Escolar Apeles Porto Alegre e o Ginásio Estadual Arlindo Pasqualini, em 1977. Assim as casas passaram a servir de sede, primeiramente, para o Movimento Tradicionalista Gaúcho e, mais tarde, para a Sociedade Cultural Beneficente Recreativa Trevo de Ouro. No ano de 1989, a Lei 6.558, de 19 de dezembro, “dispõe sobre o tombamento dos prédios originais ex-Grupo Escolar Apeles Porto Alegre” e propõe sua “recuperação para abrigar o Arquivo Histórico de Porto Alegre”.

Por causa das disposições legais contrárias, o tombamento não foi concretizado, e somente em 1991, que começaram os trabalhos de recuperação e reciclagem de uma das casas, designada como a número dois. Nessa casa que, em 1994, o AHPAMV se instala e passa a desenvolver suas atividades, encontrando então, seu local definitivo e apropriado. A inauguração aconteceu no dia 25 de outubro, mas ainda foram realizados melhoramentos visando à adequação do local para a guarda e preservação dos documentos que abrigava. No seguimento foi construído, em 1999, um anexo à casa de número ‘2’ com a finalidade específica de armazenamento da documentação, e foi restaurada, no ano seguinte, a casa de número ‘1’, hoje parcialmente ocupada pela Instituição.

4.4.2 Ocupação dos ambientes

Os espaços atualmente ocupados pela Instituição compreendem a casa 2, número 1149, seu anexo, e parte da casa 1, número 1129.



FOTOGRAFIA 1 - AHPAMV

4.4.2.1 Casa 1

Na primeira das casas se localiza o Arquivo Histórico, possuindo uma área de aproximadamente, 303 m². Foi reciclada com o fim de abrigar um centro cultural onde seriam desenvolvidas atividades culturais e projetos do Programa de Educação Patrimonial. Contudo, ocupando sua maior parte, está lotada, provisoriamente, a Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) da Secretaria Municipal da Cultura, desde dezembro de 2004.

O Arquivo utiliza apenas o porão, com área de 106,20 m², para armazenamento da documentação proveniente das diversas unidades administrativas do Executivo, até que seja feita a sua seleção. Os documentos considerados de valor permanente são encaminhados à sala dos técnicos, na casa 2, para que dê continuidade ao seu processo de tratamento, finalizado com o recolhimento ao acervo.

4.4.2.2 Casa 2

É na segunda das casas que funciona o AHPAMV. Possui um subsolo, com uma área de 120,98 m², onde se encontra o laboratório de restauração, além de sala utilizada para o desenvolvimento dos projetos de Educação Patrimonial e outras atividades culturais. A sala de pesquisas e a sala da equipe técnica localizam-se na parte térrea da casa, ocupando uma área de 180,92 m². O mezanino existente perfaz uma área de 53,02 m² e é ocupado pelos técnicos em cultura responsáveis pelo processo de estudo e desenvolvimento do Programa de Educação Patrimonial. Além disso, nesse espaço também transcorrem atividades desses projetos.

Nesse prédio encontra-se um 'monta-carga', equipamento complementar, similar a um elevador, com capacidade para até quarenta quilos, que interliga o laboratório de restauração à sala de pesquisa e ao mezanino, para transporte de livros e caixas entre os pavimentos.

4.4.2.3 Anexo à casa 2

A casa 2 possui um anexo, com área total de 192,64m², distribuída entre a parte térrea e um mezanino, especialmente para abrigar o acervo do Arquivo Histórico, seguindo recomendações internacionais próprias para prédios cuja função é a guarda de documentos permanentes.

Seu acesso é dado por um corredor de passagem. Possui ambiente climatizado por dois aparelhos de ar condicionado que funcionam ininterruptamente, para manutenção da temperatura entre 15 e 21°C e da umidade relativa do ar entre 50 e 60%. Ainda encontra-se no local um higrômetro, aparelho que fornece as medidas de umidade relativa do ar e temperatura, na parte térrea. A manutenção e o controle desses níveis são feitos de forma permanente, para que seja garantida a preservação dos documentos, evitando o processo de degradação a que estão sujeitos.

A incidência de luz solar é totalmente controlada. Todas as aberturas foram projetadas de forma a não permitir luz solar direta sobre o acervo. A disposição interna das estanterias, das nove mapotecas, além da estrutura que serve de suporte para os tubos de papelão onde são acondicionados documentos cartográficos, permite a livre circulação do ar, além de proporcionar melhores condições para o manuseio da documentação. Possui também um elevador, de pequeno porte, para transporte de documentos entre os dois pavimentos.

No anexo também encontramos equipamentos adequados para prevenção de incêndio e uma porta 'corta-fogo' como saída auxiliar. Com as condições ideais do seu ambiente, o correto manuseio dos documentos e as medidas de controle dos demais agentes de degradação, é possível propiciar condições ótimas de preservação dos documentos nele recolhidos, garantindo que a integridade dos documentos seja estendida.

4.4.2.4 Laboratório de restauração

O laboratório de restauração encontra-se no subsolo da casa 2. Por o Arquivo não possuir um técnico em restauração e encadernação no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, é feita a contratação de pessoa capacitada

e especializada que se responsabiliza pelos trabalhos de higienização, recuperação e restauração dos documentos que apresentam dano ou deterioração pronunciada.

A restauração é executada de forma manual e/ou com o auxílio de equipamentos específicos. No laboratório estão disponíveis uma prensa, uma mesa de luz, uma máquina secadora, uma higienizadora e uma obturadora. O uso desses equipamentos, o material mais adequado e a forma de intervenção ficam a critério do técnico em conservação e restauro, que é o profissional apto a avaliar a extensão do dano sofrido, e a intervenção, cujo procedimento seja menos traumático para o documento já comprometido. Já o trabalho de encadernação é realizado de forma terceirizada.

4.4.2.5 Sala de pesquisas

A sala de pesquisas está localizada na parte frontal superior da Casa 2 e está equipada com mobiliário que possibilita o atendimento ao público pesquisador. Nessa sala encontram-se os livros que formam a biblioteca e uma coleção de recortes de jornal sobre aspectos diversos de Porto Alegre.



FOTOGRAFIA 2 - Sala de pesquisas do AHPAMV

4.4.2.6 Sala dos técnicos

Instalada em área média compreendida entre a sala de pesquisas e o anexo, nesse local são desenvolvidos os trabalhos de seleção, identificação, organização, higienização e acondicionamento dos documentos a serem recolhidos ao acervo. Nela também são tratados os assuntos de gerenciamento e controle, e efetuados os trâmites burocrático-administrativos da Instituição.

4.5 Organização administrativo-funcional

O corpo de servidores do equipamento atende a quatro segmentos permanentes da organização do Arquivo, quais sejam: a área administrativa responsável pelo gerenciamento e encaminhamento dos trâmites burocrático-administrativos; área de trabalho técnico, que diz respeito aos procedimentos relativos à higienização, seleção, classificação, acondicionamento e recolhimento da documentação textual e iconográfica destinada ao acervo; o atendimento ao público-pesquisador e, por último, a elaboração, a implementação, o agendamento e a execução das atividades do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV.

4.6 O acervo

O acervo da Instituição é constituído por documentos provenientes do Legislativo, do Executivo, Administração Direta e Indireta, e de Fundos Privados. O fundo executivo possui 24 sub fundos, sendo que alguns desses compreendem funções e atividades que não são mais de competência do Executivo Municipal, não recebendo mais acréscimos à documentação.

A maioria da documentação refere-se à criação e ao desenvolvimento do município de Porto Alegre, apresentando-se no formato textual, cartográfico, com cerca de 7.000 unidades de plantas e mapas, iconográfico, com pôsteres e cartazes, além de fitas VHS e cds. O acervo custodiado soma, aproximadamente, 1.400.000 unidades documentais.

Ações preventivas de conservação são constantes na Instituição. Toda documentação é higienizada, ficando livre de objetos de metais, tais como clips, grampos e presilhas, de adesivos e sujidades antes de ser acondicionada em

material neutro e ingressar ao acervo. Os documentos que necessitam de intervenção ou reparos são encaminhados ao Laboratório de Restauração da Instituição.

Todo o acervo custodiado na Instituição é de livre acesso ao público usuário, sendo esta a principal finalidade de um arquivo público em fase permanente, conforme artigo nº 22 da lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, "é assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos". O atendimento ao usuário ocorre concomitantemente com o período de funcionamento da Instituição, estando também, disponíveis à pesquisa, os acervos que compõem a Biblioteca e a Hemeroteca. O controle estatístico do serviço oferecido e dos acervos pesquisados ocorre com a utilização de dois instrumentos, o livro de visitas e as fichas individuais dos pesquisadores.



FOTOGRAFIA 3 - Acervo do AHPAMV

4.6.1 Documentos arquivísticos

Documentos arquivísticos que compõem o acervo do AHPAMV:

4.6.1.1 Fundos documentais públicos

Esses documentos, de natureza jurídica pública, acumulam-se organicamente e, após terem cumprido sua função primária, isto é, seu uso administrativo, legal ou funcional, e decorridos todos os prazos estabelecidos, devem ser recolhidos ao arquivo permanente, também chamado arquivo histórico.

O AHPAMV foi originalmente constituído fora de um processo de gestão documental. A documentação que a ele deu origem, por ter sido considerada histórica, foi afastada do processo administrativo que a produziu, conforme descrito na trajetória histórica da Instituição. Esse afastamento se mantém, haja vista a existência de duas instituições arquivísticas, sendo uma, o Arquivo Público Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Administração (SMA), e outra, o Arquivo Histórico afeto à Secretaria Municipal da Cultura (SMC).

A inexistência de vínculo administrativo entre os dois arquivos instituídos e do Arquivo Histórico com as demais Unidades Administrativas da Prefeitura acarreta na falta de critérios que norteiem e padronizem o recolhimento de documentos permanentes. Assim, as incorporações vêm acontecendo por iniciativa das próprias Unidades Administrativas as quais, ou encaminham documentos para guarda definitiva, ou solicitam, à Instituição, a sua busca, determinando a existência, no Arquivo Histórico, de documentos considerados das fases intermediária e, até mesmo, corrente.

Outra implicação que disso decorre é a existência de lacunas temporais na documentação, que serão variáveis em seus períodos e frequências conforme a unidade administrativa produtora da documentação, a continuidade ou não do envio dos documentos e suas datas-limite. Além disso, a documentação recebida sem tratamento arquivístico anterior precisa passar por um processo de seleção e organização no Arquivo Histórico, na qual são eliminadas cópias idênticas, vias excedentes de originais múltiplos, formulários em branco, documentos de outras proveniências, documentos não arquivísticos, documentos recebidos via 'fax', forma de comunicação que, substituindo o documento 'original', acarreta perda de

informações. Feita a seleção, os documentos encontram-se em condições de serem classificados, ou seja, de serem inseridos no quadro de arranjo que embasa toda a organização do acervo arquivístico.

No Arquivo Histórico, a definição dos fundos e subfundos apoiou-se na estrutura da administração municipal. Essa definição foi estabelecida por pesquisa nos atos administrativos, a partir dos quais se elegeram unidades estruturais formadoras desses primeiros níveis de organização documental. Na determinação dos subníveis subsequentes, não foi seguido o mesmo critério, tendo sido, para tanto, considerados: estrutura, funções/atividades e assuntos.

Num processo de gestão documental estabelecido, todos esses passos já estariam cumpridos, o que permitiria à Instituição dar maior ênfase ao seu objetivo primeiro, o de tornar, eficiente e eficaz, o acesso à documentação.

Classificados, os documentos passam por processo de higienização, sendo, finalmente, acondicionados para encaminhamento à sala do acervo. Esse acondicionamento é feito conforme as características físicas apresentadas pelos suportes da informação. Os documentos mais antigos, formados, em sua maioria, por manuscritos, encontram-se sob a forma de livros ou encadernados, sendo esses dispostos nas prateleiras das estantes de aço, horizontalmente, com o devido cuidado para que o peso seja adequado à manutenção da sua preservação e facilidade de manuseio. Os demais documentos, dentre eles, os textuais datilografados, mimeografados e impressos, os processos e dossiês, os documentos iconográficos que vão desde fotografias até cartazes, folders entre outros, e os bibliográficos encontram-se acondicionados, preferentemente, em caixas de polionda, também dispostas nas prateleiras das estantes. Para os iconográficos de formatos maiores do que os convencionais são confeccionados envelopes de papel neutro no tamanho adequado ao dos documentos que conterão, sendo dispostos horizontalmente nas prateleiras, ficando arquivados separadamente dos processos ou dossiês dos quais são parte constitutiva.

A documentação do gênero cartográfico, também integrante dos processos, dossiês e leis, é formada por pranchas nas quais são executadas plantas, mapas, desenhos técnicos e outros, sendo seus suportes das mais variadas gramaturas, composições e texturas, como, por exemplo, papel linho e papel vegetal, além de grande diversidade de tamanhos. E são essas características singulares que norteiam o trabalho técnico especializado que vem sendo desenvolvido, no que diz

respeito à organização, ordenação e acondicionamento desses documentos, visando também a uma eficaz recuperação e disponibilização ao usuário.

4.6.1.2 Fundo e coleção privados

Foram recebidos pela Instituição, em doação, dois acervos privados, incorporados ao seu acervo devido à importância que tiveram para a história político-social, não só de Porto Alegre, mas do Estado e do País, sendo um fundo, formado por documentos provenientes de um conselheiro municipal, Francisco Xavier da Costa, de origem humilde que ascendeu na carreira política, e uma coleção, formada por textos e obras mantidas pela Capela Positivista de Porto Alegre, que dizem respeito à filosofia defendida por seus seguidores. Ambos serão adiante descritos

4.6.2 Coleções

Coleções existentes no AHPAMV:

4.6.2.1 Biblioteca

A Biblioteca existente no Arquivo está instalada na Sala de Pesquisa e foi constituída para servir de suporte/apoio aos usuários do Arquivo, nas suas pesquisas junto às fontes primárias, os documentos. Assim, os temas abordados em seu acervo giram, primeiro e principalmente, em torno da formação e do desenvolvimento de Porto Alegre e arredores, nos eixos histórico, político, econômico, rural, urbano, social, cultural e ambiental sendo, por isso, considerada uma biblioteca especializada. Outro assunto que nela pode ser pesquisado é a arquivologia ou arquivística, possuindo considerável número de obras.

A biblioteca possui livros, periódicos, teses, revistas, catálogos, dicionários, entre outros, sendo complementada por coleção de recortes de jornais, pela Hemeroteca e coleções da Legislação Federal, Estadual e Municipal.

A coleção de recortes de jornais vem sendo, sistematicamente, atualizada, perfazendo um total aproximado de dezessete mil e quatrocentos recortes. Está indexada por assuntos aos quais estão vinculados os números dos recortes, e seu acesso é através de planilha eletrônica ou de fichas catalográficas.

Os instrumentos de referência para os livros da biblioteca são as listagens por título, por autor e por área/assunto. Um novo conjunto de livros foi agregado à Biblioteca recentemente, estando em processo de catalogação e organização, denominado coleção 'Walter Spalding'. Seu ingresso no acervo do município ocorreu por doação de familiares. São dois mil e trinta e quatro livros, datados desde a metade do século XIX, que versam, entre outros assuntos, sobre História do Rio Grande do Sul e do Brasil, folclore, etnografia, geografia, além de livros de poemas, dicionários, tratados, livros de cartas, anais, poesias gaúchas e literatura estrangeira que foram integrados ao ambiente cultural do Arquivo Histórico.

Para que se pudesse acolher a coleção, foi necessária a instalação de arquivos deslizantes, visando à otimização do uso dos espaços da sala que devem ser adequados para o desenvolvimento das pesquisas pelo seu público.

4.6.2.2 Hemeroteca

O termo hemeroteca quer dizer coleção de jornais, revistas e/ou outras publicações para estudo ou consulta, bem como o espaço por ela ocupado.

A hemeroteca do Arquivo Histórico é formada por cerca de 40 títulos entre jornais, revistas, almanaques e boletins, sendo a maioria deles de edição local, estando encadernados por períodos e preservados na área do acervo. É encontrado, também, grande número de suplementos, encartes e jornais avulsos.

O período compreendido pelos jornais tem início em 1835 até a década de 1980, sendo os demais periódicos encontrados desde 1883. Desses últimos, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* é, sistematicamente, enviada ao Arquivo.

As coleções não estão completas, existindo lacunas temporais de maior ou menor extensão dependendo do periódico, em vista das doações de números variáveis de publicações e, até mesmo, unitárias, feitas à Instituição.

O instrumento de referência da Hemeroteca é a publicação '*Acervos Hemeroteca: Jornais, Revistas e Almanagues*', em que as coleções se encontram detalhadas.

4.6.2.3 Legislação

Sem legislação não existe administração pública. Assim, para embasar e complementar as pesquisas dos usuários e os trabalhos técnicos arquivísticos, existem coleções da legislação relativa às três esferas do poder público.

Na esfera da federação, a coleção abrange três períodos marcados pelas distintas formas de governo e fases de transição: Brasil colônia: 1811 / 1822; Brasil império: 1823 / 1882; Brasil república: 1894 / 1968.

A legislação estadual engloba os períodos de governo provincial, de 1857 até 1889, transitório e estadual, 1890 até 1973.

No que diz respeito às leis municipais, a coleção reúne desde o primeiro Ato do Intendente em 1892, até o ano de 1968, com alguns volumes em duplicata.

Todos os períodos apresentam lacunas, por vezes bastante grandes, estando as coleções encadernadas, sendo que os volumes mais antigos necessitam de maiores cuidados no tocante ao seu manuseio e conservação.

4.7 Instrumentos de pesquisa do Arquivo

Os instrumentos de pesquisa do AHPAMV são os seguintes:

4.7.1 Publicações

As obras publicadas pelo AHPAMV são instrumentos de pesquisa. O *Guia do Arquivo*, dentre esses instrumentos, é o mais geral em sua descrição, sendo que os demais descrevem itens documentais, isto é, explicitam características formais e conteúdo de cada documento. A maioria deles diz respeito aos documentos da Câmara / Conselho Municipal, o Fundo Legislativo, composto pela documentação mais antiga do acervo. Ao mesmo tempo em que são instrumentos facilitadores para as pesquisas, contribuem para a preservação dos documentos originais na medida em que o manuseio dos mesmos é reduzido.

4.7.2 Instrumentos de pesquisa internos

São produzidos, pela Instituição, instrumentos para uso interno, objetivando prover subsídios para a rápida localização das informações armazenadas nos diversos suportes do seu acervo. Além da sua produção, é de suma importância sua atualização, quando da ocorrência de alterações.

Tem-se, então, o *Acervo*, descrição dos documentos no nível de fundo e subfundo, acompanhada do quadro de arranjo; o *Índice Toponímico*, que dá a localização dos documentos na sala do acervo; a *Organização e Descrição da Documentação do Carnaval – 1973 – 1998*; o *Catálogo de Plantas – Índice* com os anexos: *Descrição das Plantas da Usina do Gasômetro – Construção*, *Descrição das Plantas da Usina do Gasômetro – Restauração* e *Descrição das plantas do Mercado Público*; e relação de pranchas do *Centro de Cultura – Escola de Criatividade*.

Conta-se também com um Instrumento Digital de Pesquisa, especialmente para a série Correspondências Expedidas, de notação 1.3.2, do fundo Legislativo, realizado pelo Arquivo em parceria com Instituição internacional. O aplicativo, pelo cruzamento de três informações, sendo elas o assunto, o nome e o local, fornece o número do livro no qual se encontra o registro da informação desejada.

4.8 Serviços oferecidos à comunidade

O AHPAMV presta serviços visando o atendimento com fins educacionais didáticos, paradidáticos, profissionais, pessoais, culturais e sociais, auxiliares na formação da consciência crítica, na descoberta da possibilidade e da necessidade do exercício da cidadania e na busca de formas de melhoramento das condições de vida atuais e futuras.

Disponibiliza aos seus usuários: documentos, livros, jornais, mapas, plantas e outras espécies de documentos. Esses materiais dão suporte e embasamento a trabalhos de pesquisa escolares, acadêmicos, profissionais ou informais. Para essas pesquisas, o Arquivo conta com servidores que prestam orientação sobre as informações existentes nos documentos, além do serviço prestado por estudantes que atuam como estagiários nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, História, Pedagogia e Sociologia.

O Arquivo busca e acolhe parcerias, formais e informais, com professores de instituições de ensino, para dar, além de suporte informacional para as disciplinas, suporte técnico e prático, propiciando, aos envolvidos, o descortinamento de formas de trabalhar a informação e o conhecimento e, também, mostrando que documentos, informações e saberes não devem apenas ser guardados e preservados, mas sim, usados para o crescimento pessoal, intelectual e profissional.

5 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO AHPAMV ⁴

Ampliando sua área de influência para além da importante função de guarda e disponibilização de documentos que traduzem a memória coletiva da cidade, o Arquivo conta com um Programa de Educação Patrimonial que forma um importante vínculo com a comunidade contribuindo para a fruição de todos os bens sob a guarda da Instituição, ao mesmo tempo em que sensibiliza para a preservação e conservação de bens patrimoniais. A natureza, os prédios históricos, os livros, os documentos, as artes, as disciplinas de ecologia, história, arquivologia são elementos que se inter-relacionam nas oficinas e vivências lúdicas numa interface onde bens naturais e culturais são organicamente interligados.

As atividades do Programa são dirigidas ao público estudantil com o objetivo de sensibilizar e conscientizar para a necessidade de preservação dos bens patrimoniais documentais, culturais e naturais, sendo importante agente de alfabetização cultural, incidindo no reforço à auto-estima, à identidade local, colaborando, assim, para a construção da cidadania.

5.1 Histórico do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV ⁵

As ações educativas no AHPAMV iniciaram em 1990 com as visitas guiadas que pretendiam descortinar esse mundo do Arquivo à comunidade. Iniciaram tímidas, atendendo principalmente grupos de estudantes universitários de cursos de graduação com alguma relação com o patrimônio documental. Quando da mudança do Arquivo Histórico, em 1994, para a atual sede na Avenida Bento Gonçalves, um novo processo lentamente começou a se construir. O casarão tombado agregou um novo valor à Instituição que conta, também, com o patrimônio arquitetônico e uma área externa ampla que permite uma aproximação de outros públicos, neste caso, as crianças. Visitas guiadas pensadas especialmente para esse público acontecem, já estabelecendo uma interface importante com estes dois patrimônios: o edificado e

⁴ Fonte: GEHLEN, Juliano. **Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/guia_do_arquivo_historico_-_2ed.pdf>.

⁵ Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO (Porto Alegre). **Programa de Educação Patrimonial**. [200-]. Documento não publicado.

o documental. Este exercício de acolhimento ao novo público faz surgir um desejo de atendê-lo ainda melhor. Visando estimular o contato e o vínculo com a Instituição, através da incorporação de elementos do mundo infantil, cria-se em 1997, o primeiro projeto: Papel Antigo e Papel Velho que, nesta primeira versão, adapta o texto: *Uma graça de traça* do escritor Carlos Urbim, trazendo a personagem traça para o Arquivo além de uma oficina de feitura de papel artesanal em parceria com a Usina do Papel. O sucesso da experiência permitiu a ampliação do atendimento com a criação, em 2000, do projeto Vivo Toque. É neste ano também que o projeto Papel Antigo e Papel Velho é modificado, criando-se novas personagens: a Trapeira do moinho de papel e a Broca conscientizada.

Estes dois projetos e as visitas guiadas cada vez mais qualificadas para o atendimento dos diversos segmentos que se aproximam da Instituição concretizam a intenção do Arquivo Histórico de criar um vínculo com a comunidade porto-alegrense, permitindo a apropriação dos referenciais e memórias sociais contidos nos documentos que formam o acervo da Instituição. Este vínculo se fortaleceu, pois todo este conjunto de bens documentais está recolhido nos chalés do século XIX que são bens patrimoniais de enorme valor afetivo à comunidade do bairro Partenon por ter abrigado várias escolas.

Até o primeiro semestre de 2004 essas atividades representavam a Educação Patrimonial no Arquivo Histórico. No segundo semestre desse mesmo ano, um novo projeto surgiu: Sensibilização para a Vida no Âmbito Humano, Cultural e Ambiental - trazendo o emergente paradigma ecológico. O projeto olha para a Instituição como um complexo de bens patrimoniais e neste sentido, agrega o bem natural como um patrimônio a ser objeto de ações educativas, estabelecendo uma interface do meio ambiente: produto da sabedoria de Gaia com as artes, humanidades e ciências: sabedoria humana que deixa sua marca cultural no planeta. São quatro vivências lúdicas que vão se somar a outra oficina: Brincando de editar, criada para focar o bem cultural livro que também faz parte da Instituição, que conta com uma biblioteca.

Esta série de atividades fez surgir em 2005 o Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV, o qual consiste em ações organicamente articuladas que estabelecem relação transversal com todos os bens patrimoniais: natural e cultural de natureza material e imaterial sob a guarda da Instituição, que se completaram com o Projeto Descobrimos a Arquivologia em 2007.

O Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico concorreu em 2009 e 2010 ao Prêmio Rodrigo de Melo Franco do IPHAN. Em 2010 foi selecionado para representar o Rio Grande do Sul na etapa nacional. Mesmo não tendo sido premiado nacionalmente a escolha regional foi o reconhecimento do trabalho realizado ao longo desta última década, que viu ainda reconhecido individualmente o Projeto Vivo Toque laureado com uma menção honrosa em 2001.

5.2 Objetivos do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV

- criar um vínculo com a comunidade porto-alegrense incidindo sobre noções de pertencimento;
- sensibilizar para as questões de patrimônio natural e cultural – material e imaterial, fomentando atitudes de reconhecimento e respeito à marca cultural humana e de cuidado com toda a vida planetária;
- fazer inclusão cultural de públicos cujos referenciais se encontram distante deste suposto mundo de eruditos, garantindo o direito à memória (ARQUIVO, [200-]).

5.3 Atividades do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV

Fazem parte do Programa as seguintes atividades:

- a) Visitas Guiadas
- b) Projeto Papel Antigo e Papel Velho
- c) Projeto Vivo Toque
- d) Projeto Brincando de Editar
- e) Projeto Descobrimos a Arquivologia
- f) Projeto Sensibilização para a vida no âmbito humano, cultural e ambiental:
 - Vivência lúdica Seres da natureza - a literatura e os arquétipos brasileiros
 - Vivência lúdica Maga das ervas - a medicina da natureza e o patrimônio imaterial
 - Vivência lúdica Cores da natureza - as tintas ancestrais
 - Vivência lúdica Sons da natureza - a expressão sonora da vida

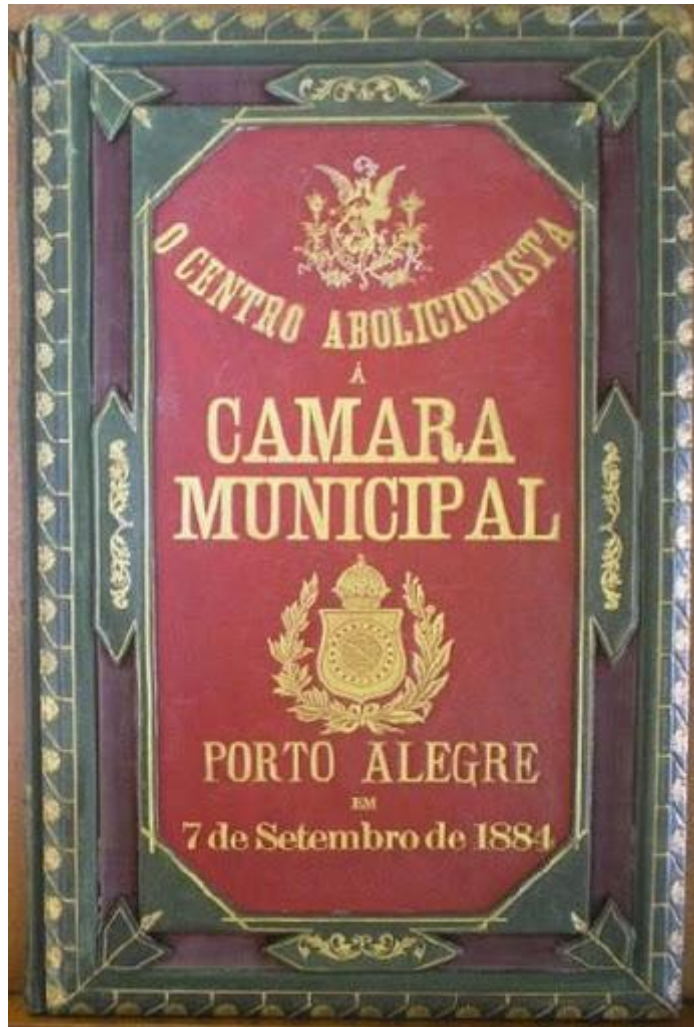
g) Visita Guiada Detetives na Casa dos Malheiros ⁶

5.3.1 Visita guiada

A visita guiada percorre todas as instalações do Arquivo Histórico e os usuários recebem informações técnicas que passeiam pelos conteúdos ecológicos, históricos, de preservação e de conservação documental, apropriando-se das memórias sociais contidas no acervo histórico permitindo a formação de vínculo intelectual e afetivo desse importante patrimônio da cidade de Porto Alegre. A visita começa na área externa com a descrição do triplo patrimônio: o natural, o arquitetônico e o documental e noções de tombamento. Já no interior da casa, faz-se um histórico da Instituição descrevendo-se todos os serviços, acompanhado da descrição dos espaços, noções de conservação e preservação documental. Quando há pesquisa, ela é reservada a parte final com conteúdos definidos pelos professores em documentos do acervo da Instituição e realizada na sala de pesquisa.

A visita guiada tem como objetivo geral oportunizar ao aluno-visitante a possibilidade didática que existe nos arquivos para reflexão histórica e construção da cidadania, tendo como público alvo os alunos do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior (História, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e áreas afins), Educação de jovens e adultos (EJA) e comunidade em geral. Como objetivos específicos a visita guiada almeja que o visitante conheça a Instituição e o patrimônio documental da cidade, perceba o papel da instituição arquivística na construção da cidadania, reflita sobre as diversas práticas profissionais existentes num arquivo, valorize o documento do arquivo como uma fonte histórica e relacione as questões ligadas à memória do coletivo e da sociedade.

⁶ A atividade Visita Guiada Detetives na Casa dos Malheiros não se encontra descrita, pois foi incluída no Programa posteriormente ao período de início da pesquisa.



FOTOGRAFIA 4 - Documento histórico apresentado durante a visita guiada

5.3.2 Projeto Papel Antigo e Papel Velho

Integrando os elementos papel, prédios históricos, acervo, documentos, livro, artes cênicas e história, a oficina conduz as crianças até o ano de 1772, através de uma "máquina do tempo", mostrando a elaboração do papel artesanal, feito a partir de trapos (esse é o suporte de muitos documentos antigos que registram a história da cidade). A importância da preservação é apreendida de forma lúdica pelos alunos das séries iniciais do ensino fundamental, público alvo da ação, através de uma personagem cuja fantasia nos remete à figura de uma broca comedora de papel que se conscientiza para a importância dos documentos e sua preservação.

O objetivo geral do projeto é implementar através de pressupostos metodológicos adequados e articulados de princípios pedagógicos uma ação de Educação Patrimonial no AHPAMV que possibilite a apropriação de bens culturais

portadores de referências à identidade dos sujeitos sociais, no sentido da construção das memórias e da cidadania. Os objetivos específicos do projeto visam aproximar as crianças do Arquivo, potencializar sua observação e experimentação, integrar o Arquivo como um elemento a mais na formação educativa, alertar para a importância da preservação do patrimônio documental, destacar o papel como suporte material mais utilizado e prático e apresentar a reciclagem do papel como atitude transformadora em benefício do patrimônio ambiental e cultural da cidade.

5.3.3 Projeto Vivo Toque

Interligando os elementos documentais, prédios históricos, acervo, pesquisa, artes cênicas e história, a atividade envolve o público numa investigação-pesquisa que desvende fatos de uma tragédia acontecida em 1912 no Mercado Público de Porto Alegre. Tendo como foco principal a pesquisa histórica, um fazer pertinente ao ofício do historiador é experimentado a partir da solicitação do Detetive Coruja, ser trans-histórico, que está no Arquivo enfrentando dificuldades na investigação de um caso muito sério: o incêndio no Mercado Público no inverno de 1912. Precisando de ajuda, o Detetive convoca a turma de estudantes para juntos desvendarem esse mistério. Uma viagem no tempo leva-os a conhecer o Mercado Público do início do século XX. A decifração de uma carta enigmática conduz às pistas que, junto com a leitura do inquérito realizado pela intendência, permite aos estudantes reconstruir o fato histórico e vivenciar a arte de fazer historiografia. Um jogo de equipes, mesclado com elementos cênicos, sensibiliza para a importância do patrimônio documental.

O projeto é dirigido a alunos da 5ª a 7ª série do ensino fundamental que já cursam a disciplina de História e tem como objetivo geral fazer com que os alunos conheçam e valorizem o patrimônio documental da cidade, na medida em que este registro do passado pode ser instrumento para a descoberta das raízes, estabelecimento de vínculos e construção das identidades. Os objetivos específicos do projeto abrangem o estudo de fontes documentais, a experimentação do ofício de historiador a partir de uma mini pesquisa, a dinamização do Arquivo por meio do atendimento a novos públicos, o estímulo ao estudo da história local, a divulgação da Educação Patrimonial no ensino de História e do Arquivo como alternativa para atividades extraclasse com vistas à pesquisa com fontes documentais.



FOTOGRAFIA 5 - Detetive Coruja – Projeto Vivo Toque

5.3.4 Projeto Brincando de Editar

Inter-relacionando os elementos papel, livro, prédios históricos e documentos, essa oficina objetiva desenvolver a percepção da importância e do valor do bem cultural livro, favorecendo a fruição da arte da literatura. Visando ser mais um instrumento de incentivo à leitura a oficina discute esse bem cultural em suas duas facetas: suporte e conteúdo. A história da escrita e do livro inicia a atividade que passa pela construção, através de um jogo, de um livro no qual cada criança faz uma página. A leitura da história é recurso utilizado para os pequenos que estão se alfabetizando e se apropriando do ato de ler. No final da atividade é distribuído um livrinho semipronto para ser escrito, ilustrado e paginado, sedimentando assim os conhecimentos adquiridos. Essa etapa é orientada para ser feita em grupos formados por revisores, ilustradores e editores, permitindo um aprendizado em que um novo fazer se torna possível, estabelecendo possibilidades não só de ler (representação do passado), mas a possibilidade de escrever (representação simbólica do futuro).

O projeto tem como público alvo os alunos da 2ª e 3ª série do ensino fundamental e tem como objetivo geral fazer com que os alunos percebam a escrita como testemunha de memórias, culturas, idéias e sentimentos registrados no suporte livro. O projeto também visa sensibilizar para a preservação e conservação do bem cultural livro, melhorar as habilidades das crianças capacitando-as para a melhor fruição da arte da literatura, estimular a representação de vivências através da linguagem gráfica, divulgar o processo de edição e o reconhecimento do trabalho do profissional que produz este bem cultural.

5.3.5 Projeto Descobrendo a Arquivologia

Os elementos envolvidos são a ciência da Arquivologia, documentos e acervo. A oficina objetiva a instrumentalização para uso das noções básicas de arquivo no cotidiano dos alunos e nas atividades profissionais dos estudantes de ensino técnico. Dividida em dois módulos distingue-se pela ludicidade na atividade desenvolvida com os alunos, pois as noções teóricas são sedimentadas através de um jogo em que situações do dia-a-dia levam a utilização do conteúdo aprendido. A atividade é realizada em dois dias: No primeiro dia a atividade inicia com uma visita onde os participantes tem oportunidade de conhecer os diversos serviços da Instituição, seu acervo, a biblioteca, bem como informações sobre conservação e preservação de documentos. Após são apresentados os conceitos básicos da Arquivística a partir de um acervo musical que vai se estruturando em uma organização arquivística. Após os estudantes sedimentam os conhecimentos adquiridos num jogo em que situações do dia-a-dia são apresentadas para serem solucionadas com técnicas de organização arquivística. No segundo dia os alunos fazem uma organização documental com um fundo do Arquivo Histórico.

O projeto é destinado a alunos do ensino médio e dos cursos técnicos que demandam conhecimento arquivístico e tem como objetivo geral fazer com que o público reconheça a importância dos bens arquivísticos para a formação da cidadania e para a valorização da herança cultural porto alegre. Os objetivos específicos do projeto visam disseminar o conhecimento da disciplina arquivística, qualificando a formação dos estudantes de ensino técnico, difundir a importância social da instituição arquivística e motivar os alunos a exercerem o direito a apropriação e fruição dessa ciência.

5.3.6 Projeto Sensibilização para a vida no âmbito humano, cultural e ambiental

O parque de 5.000m² que abriga o Arquivo representa importante patrimônio natural da região do bairro Partenon, pois conta com árvores centenárias, flora diversificada e matações representativos do solo rochoso característico da formação geológica da área. Esse patrimônio torna-se objeto principal nesse projeto, estabelecendo a partir do bem natural, interface com as artes nas suas quatro vivências lúdicas que passeiam pelo imaginário gaúcho, brasileiro e mundial, garantindo articulação de referências capazes de diferenciar-nos pela identificação com o regional, o nacional, mas ao mesmo tempo, aproximar-nos da identidade planetária pela herança comum da humanidade.

O projeto é composto de quatro vivências lúdicas: Seres da natureza - a literatura e os arquétipos brasileiros; Maga das ervas - a medicina da natureza e o patrimônio imaterial; Cores da natureza - as tintas ancestrais; Sons da natureza - a expressão sonora da vida. Trabalhando os elementos natureza, acervo, prédios históricos e artes, esse projeto constrói uma interessante interface entre meio ambiente, memória imaterial, literatura, artes plásticas, artes cênicas e prédios históricos. Personagens como Saci-Pererê, Curupira, Boitatá, nos conectam com a herança gaúcha e brasileira. Rochinha e Artef remetem a Gaia, nossa mãe-terra. Maga das Ervas, Simphonius, Modulatus nos lembram das construções culturais da espécie humana.

Tendo como público alvo alunos das séries iniciais do ensino fundamental o objetivo geral do projeto é sensibilizar para as questões da vida natural e cultural (patrimônio material e imaterial) favorecendo atitudes formadoras de novos paradigmas fundados no cuidado e respeito a todos os bens que constituem patrimônio da humanidade, respeito e preservação da natureza e visão estética da vida. Os objetivos específicos englobam a percepção do papel do mundo natural na constituição da vida, o favorecimento de experiências estéticas e artísticas diferenciadas, o reconhecimento a importância dos bens patrimoniais e o resgate dos saberes populares.



FOTOGRAFIA 6 - Árvore centenária do patrimônio natural do Arquivo

5.3.6.1 Seres da natureza – literatura e os arquétipos brasileiros

O resgate de nossa herança arquetípica orienta nossa forma de existir no planeta. Por isso, a riqueza do encontro com o Saci-Pererê, o Curupira (nossas referências brasileiras) e a Boitatá (referência gaúcha), oriunda da obra de Simões Lopes Neto. Rochinha, personagem do Arquivo, representando a síntese da vida no planeta Terra, oferece às crianças uma oportunidade qualificada de conexão com o planetário em um momento em que é urgente a formação de novas atitudes capazes de conduzir a novos paradigmas baseados no respeito e no cuidado a tudo que nos cerca como humanidade.



FOTOGRAFIA 7 - Seres da natureza – literatura e os arquétipos brasileiros

5.3.6.2 Maga das Ervas – o patrimônio imaterial e a medicina da natureza

Importante conquista do Arquivo Histórico foi à incorporação do patrimônio imaterial nas oficinas do Programa de Educação Patrimonial. Reconhecer que saberes e fazeres são também bens a serem preservados é proposta dessa vivência lúdica. O meio ambiente é conteúdo, recurso e cenário para que os saberes envolvendo o uso das plantas medicinais sejam discutidos e entendidos como bens culturais de valor patrimonial inestimável. O canteiro de ervas, reproduzido no pátio externo do Arquivo, estabelece a identificação do saber que já está disponível no consciente das crianças pelo uso generalizado das ervas com valor medicinal. Na fantasia de um ser mítico a Maga das Ervas os transporta para tempos imemoriais, quando a medicina era apoiada quase que exclusivamente por produtos fitoterápicos, cuja lenda lhes atribui inclusive poderes mágicos.



FOTOGRAFIA 8 - Maga das Ervas - o patrimônio imaterial e a medicina da natureza

5.3.6.3 Cores da natureza – as tintas ancestrais

Artef, personagem formado por água, ar, terra e fogo, interage com os pequenos, lembrando as tintas ancestrais, a pintura rupestre e o colorido da nossa cidade. Nessa atividade, é possível descobrir como produzir tintas artesanais com produtos da natureza usados no nosso dia-a-dia. A beterraba, a erva mate, o açafraão, o caroço de abacate são apresentados como elementos que darão cor ao imaginário infantil. Desenhos com tintas artesanais são produzidos e levados como experiência concreta desse novo olhar no qual o cotidiano aparece com novas possibilidades. Mapas aquarelados antigos e documentos grafados com tinta ferrogálica atestam o uso histórico dessas tintas.



FOTOGRAFIA 9 - Cores da natureza – as tintas ancestrais

5.3.6.4 Sons da natureza – a expressão sonora da vida

Tendo como marco referencial a teoria de Pitágoras, esta atividade estabelece relação entre a música, a matemática e a natureza. A história da música toma forma num cenário em que os personagens Modulatus e Simphonius, através de objetos como réplicas de instrumentos musicais da antiguidade (caixa de música, gramofone, vitrola, gravador) apresentam a visão antropológica dessa arte que começa com os sons da natureza: a música das esferas na visão pitagórica. Completa-se com uma música produzida pelas crianças ensaiada pela batuta do Mestre Modulatus. Essa música é gravada e ouvida, finalizando de forma mágica a atividade.



FOTOGRAFIA 10 - Sons da natureza – a expressão sonora da vida

5.4 Outras atividades realizadas no AHPAMV:

5.4.1 Brincando no Arquivo

Evento que ocorre anualmente desde 2005 de caráter comemorativo, realizado no mês de outubro em alusão ao Dia da Criança. Na ocasião são desenvolvidas atividades que agregam e mesclam elementos e dinâmicas dos projetos do Programa de Educação Patrimonial. É usado todo o espaço ambiental do Arquivo, o que permite trabalhar vários grupos simultaneamente, atingindo-se, dessa forma, um público maior. A Instituição toma a iniciativa de convidar escolas e outras entidades a participarem do evento, sendo essas acolhedoras de crianças carentes ou em situação de risco.

5.4.2 Estágio curricular em Educação Patrimonial

É voltado para estudantes de licenciatura em História, Pedagogia e Ciências Sociais que pretendem ampliar sua capacitação para além da sala de aula. A prática em Educação Patrimonial no Arquivo prevê a realização de monitorias que profissionais e estagiários do Arquivo desenvolvem. É feito um treinamento, onde os

estudantes são orientados pela Coordenação do Programa de Educação Patrimonial e interagem com a totalidade de funcionários da Instituição. Os objetivos dessa prática consistem em: vivenciar a prática em ações de Educação Patrimonial; adquirir habilidades de atuação junto a escolares em ambiente diverso da sala de aula; conhecer as relações de trabalho em instituições públicas de caráter cultural; desenvolver habilidade para desempenho de trabalho partilhado; perceber a importância dos bens patrimoniais na construção da cidadania local e planetária; construir atitudes de cuidado e respeito aos bens patrimoniais.

5.4.3 Formação de professores

Ao longo do ano de 2011, o AHPAMV oferece formação para os professores da rede de ensino municipal com o intuito de torná-los mediadores da relação arquivo/escola. A ideia dessa formação é qualificar o professor para utilizar os projetos de educação do Arquivo como apoio parapedagógico ao seu planejamento de aula, uma vez que os temas e foco das atividades são também discussão nos currículos escolares.



FOTOGRAFIA 11 - Formação de professores

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As atividades do Programa de Educação Patrimonial desenvolvidas no AHPAMV foram descritas anteriormente de modo a evidenciar os objetivos, a aplicação e o público alvo de cada ação. Neste capítulo os dados serão analisados e interpretados de acordo com a fundamentação teórica sobre o tema e com os objetivos da pesquisa, tendo como base as atividades observadas.

A presente análise dar-se-á nos seguintes tópicos: finalidade do Arquivo, objetivos do Programa de Educação Patrimonial, metodologia aplicada, recursos, público alvo, linguagem empregada e atividades desenvolvidas. Ao final far-se-á um comparativo entre determinadas considerações descritas na fundamentação teórica e o Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV.

6.1 Finalidade do Arquivo

É com a finalidade de disponibilizar aos cidadãos o acervo, o espaço cultural e natural e para que estes possam exercer seu direito de acesso a informação que o AHPAMV desenvolve todos os seus trabalhos técnicos e atividades com a comunidade. Partindo desse pressuposto o Programa de Educação Patrimonial desenvolvido no Arquivo contribui sobremaneira para que essa finalidade seja alcançada. As atividades desenvolvidas proporcionam ao público o acesso a todos os espaços do Arquivo, principalmente o local onde fica armazenado o acervo da Instituição, o conhecimento dos serviços, dos produtos, do trabalho dos arquivistas e historiadores e informações gerais sobre a história e funcionamento do Arquivo a fim de familiarizá-los com o acervo e fazê-los saber que aquele espaço está aberto e pertence à comunidade em geral.

6.2 Objetivos do Programa

O Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV foi desenvolvido com os objetivos de criar um vínculo com a comunidade porto-alegrense incidindo sobre noções de pertencimento; sensibilizar para as questões de patrimônio cultural em geral, fomentar atitudes de reconhecimento e respeito à marca cultural humana e de

a vida planetária e fazer inclusão cultural. Nesse sentido, é possível perceber que os objetivos do Programa são adequados e que as ações realizadas colaboram para o alcance dos objetivos propostos.

As atividades desenvolvidas no Programa sensibilizam para as questões de patrimônio natural, cultural, material e imaterial, promovem atitudes de reconhecimento, pertencimento, respeito e preservação, criando um vínculo com a comunidade. Além disso, possibilita a inclusão cultural de diferentes públicos por trabalhar com diferentes faixas etárias e com alunos de escolas públicas e privadas.

6.3 Metodologia aplicada

A metodologia aplicada para a criação do Programa e elaboração das atividades apoiou-se nos maiores teóricos das Ciências Humanas e Educação, tais como: Semenovitch Vygotsky, Jean Piaget, Paulo Freire, Johan Huizinga, Edgar Morin, Michel Maffesoli, Seymour Papert, Serge Moscovici. A metodologia da Educação Patrimonial que embasa o Programa amparou-se na teoria e obras de autores tais como: Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Maria Beatriz Pinheiro Machado, José Itaquí, Maria Angélica Vilagrán. A principal referência quanto à arquivologia foi a autora Heloísa Liberalli Bellotto.

6.4 Recursos humanos

O Programa é coordenado pela socióloga e técnica em cultura Rosane Maria Fluck e conta com dois estagiários e seis atores. Porém todos os funcionários que atuam no Arquivo (arquivistas, historiadores, restauradores, técnicos, etc.) se envolvem nas atividades, seja na elaboração das ações, na divulgação do Programa, no recebimento e atendimento dos alunos, na organização das salas, na montagem e desmontagem dos cenários, limpeza dos espaços utilizados, etc.

6.5 Demais recursos utilizados

Os demais recursos utilizados abrangem: cenários diferentes para cada atividade, fantasias e maquiagem para os atores, fantoches, objetos específicos para a realização de cada atividade como fotografias, gravuras, folhas de papel,

pincéis, pilão, ralador, vasos, etc., produtos naturais como legumes e ervas, materiais lúdicos, jogos, materiais de papelaria, material de divulgação do Programa e de fixação das atividades como livretos para pintar, documentos do acervo do AHPAMV, expositores para os documentos.

É notória a abordagem lúdica de todas as atividades, a valorização as artes cênicas, o cuidado com a caracterização dos atores, o cuidado com a preparação dos cenários, limpeza das salas e com os mínimos detalhes da decoração.

6.6 Público alvo

As atividades em grande parte são voltadas para o público infantil em idade escolar, porém, há atividades voltadas também para adolescentes, jovens e adultos. Grupos de estudantes universitários também são atendidos, especialmente nas visitas guiadas, sendo esses, em grande parte dos cursos de Arquivologia, História, Ciências Sociais, Biblioteconomia e Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do curso de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). O fato das ações estarem disponíveis a comunidade em geral, é um aspecto que evidencia a tentativa de inclusão social e cultural e de rompimento do paradigma da imagem do Arquivo como local restrito a eruditos, pesquisadores e historiadores, visto que a idéia de pertencimento é bastante enfocada nas atividades desenvolvidas.

Desde 2009 foi estabelecido um período de reservas para as atividades. Normalmente ocorre em março quando os professores estabelecem seus planos de aula e definem o período que gostariam de levar seus alunos ao Arquivo. O projeto escolhido coincide com o desenvolvimento de um conteúdo específico, por exemplo: conteúdo fontes históricas / Projeto Vivo Toque; conteúdo cidade de Porto Alegre / Projeto Papel Antigo Papel Velho; conteúdo folclore / Vivência lúdica Seres da natureza; conteúdo incentivo a leitura / Projeto Brincando de editar. Essas atividades estabelecem um nível de aproximação com os alunos que condiz com os objetivos do professor e do Programa de Educação Patrimonial. Uma mesma escola participa de várias atividades com alunos de várias séries. Em média trinta escolas e aproximadamente dois mil alunos são atendidos anualmente pelo Programa de Educação Patrimonial.

6.7 Linguagem empregada

A linguagem empregada varia de acordo com o entendimento e a faixa etária do público. Para alunos menores a linguagem é a de contação de história e as palavras que as crianças podem não compreender o significado são substituídas por um sinônimo mais fácil de ser entendido. Em todas as atividades é incentivada a participação do público através de perguntas e os alunos são convidados a compartilhar seus conhecimentos sobre o tema em questão.

6.8 Atividades desenvolvidas ⁷

São desenvolvidas em média quinze atividades por mês, cada uma com aproximadamente duas horas de duração, todas realizadas nas dependências do AHPAMV e com a apresentação de documentos do acervo do Arquivo. As atividades são elaboradas pela Coordenação do Programa e norteadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Segue abaixo a análise das atividades observadas no período da pesquisa:

6.8.1 Visita guiada

Durante a visita externa o público recebe informações acerca do patrimônio natural que abriga o Arquivo, as árvores, o solo com seus matacões, como também do patrimônio arquitetônico através da história dos casarões: quem os construiu, quais detalhes da construção, quais e como são os espaços, etc. Já na parte interna é relatado o histórico da Instituição, os serviços e produtos, seguidos pela apresentação dos espaços internos, o porão, o laboratório de restauração, o salão de pesquisa, a biblioteca e o acervo do Arquivo. Documentos do acervo são expostos proporcionando um maior contato dos alunos com o tipo de material que o Arquivo tem custódia, os diferentes profissionais que atuam no Arquivo também são apresentados e noções de conservação e preservação documental são ministradas.

⁷ A ordenação das atividades segue a ordem em que foram observadas pela autora.

As atividades “Papel Antigo e Papel Velho”, “Brincando de editar” e “Descobrimo a Arquivologia” não foram realizadas no período da pesquisa.

Em razão de a visita guiada percorrer todas as instalações do AHPAMV (área externa e área interna) e os usuários receberem informações técnicas e históricas sobre a Instituição e conhecer o acervo e os serviços oferecidos pelos profissionais que lá atuam, pode-se concluir que a mesma é bem completa e atinge os objetivos propostos de: oportunizar aos alunos conhecer a Instituição e o patrimônio documental da cidade, perceber o papel do Arquivo e das práticas profissionais existentes nele, valorizar o documento do Arquivo como fonte histórica e incitar a reflexão histórica e a construção da cidadania. Das duas visitas observadas, uma com alunos do ensino superior e outra com alunos do ensino fundamental, a maior diferença percebida foi a linguagem empregada em cada uma delas, devido a faixa etária e entendimento do público.

6.8.2 Projeto Vivo Toque

A atividade começa com uma visita guiada pela parte externa e interna do Arquivo onde os alunos recebem informações sobre o patrimônio natural, arquitetônico e documental que a Instituição abriga. Logo após os alunos são convidados a subirem até o sótão e lá encontram o Detetive Coruja, interpretado por um ator contratado do Programa, que lhes desvenda fatos sobre o incêndio no Mercado Público de Porto Alegre ocorrido em 1912 e os convida a participar de uma investigação. O Detetive apresenta uma série de *slides* com fotos do Mercado Público e seu entorno em diferentes décadas e lhes passa informações sobre o seu funcionamento e sobre a história da cidade de Porto Alegre. Logo após a turma é dividida em cinco equipes (Lupa, Cachimbo, Chapéu, Bico de Pena e Capa) e recebem cartas enigmáticas para decifrar a mensagem e encontrar baús espalhados em diversos locais do Arquivo contendo o roteiro de pesquisa, um almanaque e cópias dos inquéritos originais sobre o incêndio. Os alunos estudam na sala de pesquisas as informações contidas nesses documentos a fim de obterem informações sobre o ocorrido e retornam ao sótão onde participam de um jogo de equipes e respondem questões sobre o incêndio. A equipe que responde o maior número de respostas corretas vence o jogo e ganha o direito de assinar o “Livro do Detetive”, documento que ficará sob a guarda do Arquivo permanentemente assim como os demais documentos guardados no acervo. Ao final os alunos definem em

uma palavra a atividade realizada e discutem se foi uma pesquisa histórica ou uma investigação que ocorreu, comparando o fazer do detetive com o do historiador.

As ações que compõem essa atividade permitem aos participantes reconstruir mentalmente um fato histórico ocorrido na cidade e realizar um fazer pertinente ao ofício do historiador que é uma pesquisa histórica. O conjunto de ações realizadas é compatível com os objetivos da atividade e possibilita que esses sejam alcançados, os quais consistem em conhecer o patrimônio documental da cidade; experimentar o ofício de historiador; estimular o estudo da história local; despertar nos professores o potencial da Educação Patrimonial no ensino de História e a utilização do Arquivo para atividades extraclasse de pesquisa a fontes documentais.

As etapas da metodologia da Educação Patrimonial estão presentes em toda estrutura da atividade. Exercícios de percepção visual, experimentação e dedução fazem parte da etapa de observação. O desenvolvimento da memória e do pensamento lógico e intuitivo é o objetivo da etapa de registro. A etapa de exploração é composta pela análise do problema, o levantamento de hipóteses e a pesquisa em outras fontes valorizando o patrimônio documental da Instituição. Por fim, na apropriação há a internalização do conhecimento descoberto por meio da participação dos alunos na resolução do problema proposto.

6.8.3 Vivência Lúdica: Maga das Ervas – o patrimônio imaterial e a medicina da natureza

Ao chegar ao Arquivo às crianças encontram a “Rochinha” personagem interpretada por uma atriz contratada do Programa, que representa a natureza e os bens naturais que a Instituição abriga. Ela apresenta ao público as árvores, o solo e todo patrimônio natural do Arquivo. Após, a monitora leva os alunos a um canteiro de ervas reproduzido no pátio externo do Arquivo e em frente a esse canteiro os alunos são questionados se sabem quais são aquelas plantas e seus efeitos medicinais. Uma troca de informações ocorre e as crianças são convidadas a conhecer a casa das Ervas onde uma Maga com poderes mágicos apresenta o poder das ervas e plantas medicinais. A maga (interpretada pela mesma atriz) conta como a medicina antiga era utilizada, como surgiram os chás de ervas e os “poderes mágicos” das ervas e plantas. Treze plantas são apresentadas em painéis coloridos pela monitora, sendo elas: arnica, babosa, carqueja, capim-cidró, camomila,

calêndula, gengibre, goiabeira, malva, guaco, maracujá, marcela, quebra-pedra. Cada painel indica o nome popular, o nome científico, as partes utilizadas para o preparo e os males que podem ser curados pela planta. São mostrados também anúncios de um jornal do acervo do Arquivo sobre o uso de plantas medicinais. Após a explanação sobre o uso das ervas é realizado um bingo, o “Bingo das Ervas”, onde o saber que foi partilhado é fixado. Ao final as crianças recebem um livreto para pintar com todas as informações que foram repassadas na atividade.

A proposta principal dessa atividade é trabalhar com o patrimônio natural e imaterial e difundir a idéia que os saberes que são passados de geração em geração também são bens culturais que precisam ser preservados. Nessa vivência o saber trabalhado é o uso das plantas medicinais por meio da apresentação das plantas no canteiro natural, dos painéis com informações acerca do uso das plantas, do bingo e do estímulo as crianças a falarem quais as plantas por elas conhecidas e o que sabem sobre elas durante toda a atividade.

O conjunto dessas ações permite resgatar os saberes populares, objetivo da atividade, e estabelecer a identificação do saber explanado com o saber que já está disponível no consciente dos alunos. O patrimônio natural e imaterial é trabalhado na etapa de observação por meio de perguntas sobre o uso de ervas e plantas e de observação visual do patrimônio natural que abriga o Arquivo. Na etapa de registro através da descrição verbal e de jogos (Bingo das Ervas) o conhecimento é percebido e aprofundado. Discussões e questionamentos acerca do tema fazem parte da etapa de exploração. Por fim, na etapa de apropriação há a internalização do conhecimento e a valorização do bem cultural trabalhado.

6.8.4 Vivência lúdica: Cores da natureza – as tintas ancestrais

Ao chegar ao Arquivo as crianças são recepcionadas pela monitora do Programa que as leva ao encontro da personagem "Artef" interpretada por uma atriz contratada do Programa. A personagem representa um ser mágico formado por água, ar, terra e fogo que interage com as crianças chamando atenção para o colorido da paisagem que está ao redor: o céu, as árvores, o solo, a cidade, etc. e de como é importante estar em comunhão com a natureza. Em uma conversa informal, Artef explana sobre as tintas ancestrais e a pintura rupestre, retratada em um folheto que é repassado entre os alunos. Após a explanação os alunos são

convidados a atravessar um portal de cores e chegam até o porão onde o cenário está montado. É dada continuidade ao conhecimento acerca das tintas ancestrais e realizado um exercício de imaginação relacionado com as cores. É mostrado também um painel com imagens das experiências do pesquisador Masaru Emoto mostrando o efeito das emoções positivas e negativas em moléculas de água. Após, a monitora demonstra como produzir tintas artesanais com produtos da natureza usados no dia-a-dia, tais como, beterraba, erva mate, açafraão, caroço de abacate, etc. Os processos de ralar e macerar os produtos são ensinados aos alunos e com a tinta produzida a monitora faz um desenho. Nesse momento é nítida a concentração das crianças em aprender como fazer tintas e a vontade em produzir desenhos com elas. A monitora então os divide em pequenos grupos e distribui mini-pilões com tintas, pincéis e folhas de papel a fim de que os alunos também produzam desenhos. Os desenhos dos alunos são expostos num varal que faz parte do cenário. Também são mostrados aos alunos antigos documentos do Arquivo escritos com tinta ferrogálica. No encerramento da atividade as crianças são levadas ao pátio onde produzem mais um desenho agora com tintas industriais. Os desenhos a medida que ficam prontos são colocados em uma mandala de cores.

Nessa atividade é trabalhado o patrimônio natural através da natureza em volta do Arquivo, o patrimônio imaterial através do saber transmitido em como fazer tintas artesanais e o patrimônio documental por meio dos documentos do acervo do AHPAMV que são mostrados aos alunos. Os objetivos de perceber o papel do mundo natural; favorecer experiências estéticas e artísticas diferenciadas; reconhecer a importância dos bens patrimoniais e proporcionar novos conhecimentos são alcançados a medida que a atividade é desenvolvida.

A fim de trabalhar com o patrimônio natural, imaterial e documental essa atividade enfoca na etapa de observação a experimentação e a percepção visual/sensorial dos alunos do ambiente que os rodeia. Na etapa de registro ocorrem a fixação do conhecimento e o aprofundamento da observação através de desenhos com tintas naturais, imagens das experiências de Masaru Emoto e documentos do Arquivo. Na etapa de exploração ocorre a análise e a interpretação do conhecimento exposto e na etapa de apropriação são trabalhados a participação criativa e o desenvolvimento da capacidade de auto-expressão através da recriação e da interpretação por meio da pintura.

6.8.5 Vivência lúdica: Seres da natureza – literatura e os arquétipos brasileiros

Ao chegar no Arquivo as crianças encontram a personagem Rochinha que promove uma visita ao conjunto de patrimônios que a Instituição abriga: o patrimônio natural, o patrimônio arquitetônico e o patrimônio documental o qual é apresentado como o "Tesouro do Arquivo". A sala onde fica armazenado o acervo é apresentada por um estagiário do Programa que além de explicar a importância dos documentos armazenados, sua organização e os cuidados necessários para que se mantenham em perfeitas condições, conta brevemente a história sobre a cidade de Porto Alegre levando-os a imaginar como era a vida e os costumes de antigamente. Ao saírem do acervo as crianças encontram gorros espalhados pelo Arquivo e ao entrarem no porão se deparam com o "Saci-Pererê" interpretado por um ator contratado para o Programa. O Saci estabelece um diálogo com as crianças sobre sua história, suas travessuras, suas habilidades (assobio persistente e redemoinhos de vento) e a importância de se preservar a natureza. Durante o diálogo outros seres aparecem: o "Curupira" e o "Boitatá" (fantoques manuseados pelos estagiários do Programa). O Saci conta ao público a história desses dois seres e enfatiza novamente a importância da preservação ambiental e das florestas contra queimadas.

Essa vivência tem como objetivo o resgate da herança arquetípica brasileira através do encontro das crianças com arquétipos brasileiros como o Saci-Pererê e o Curupira e arquétipos gaúchos como a Boitatá, lenda oriunda da obra de Simões Lopes Neto. Lendas que fazem parte da cultura e do folclore brasileiro. A presença da Rochinha, personagem do Arquivo, fixa a ideia principal de preservação ambiental e cuidado com o meio ambiental em geral que é repassada nos diálogos.

Nessa atividade durante a etapa de observação são constantes os exercícios de percepção visual e sensorial na medida em que as personagens surgem na atividade. O desenvolvimento da memória e do pensamento lógico e intuitivo é trabalhado dentro da etapa de registro. Na etapa de exploração o objetivo é desenvolver as capacidades de análise, julgamento crítico e interpretação das evidências e significados encerrando na etapa de apropriação com a internalização do conhecimento por meio do envolvimento afetivo e da valorização do bem cultural.

6.9 A teoria da Educação Patrimonial e o Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV

A Educação Patrimonial é definida como sendo um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6). Partindo desse pressuposto o Programa de Educação Patrimonial desenvolvido no AHPAMV pode ser considerado como um trabalho educacional centrado nas noções de patrimônio que é desenvolvido de maneira permanente e sistemática pelo Arquivo.

Como foi descrito no histórico as atividades de Educação Patrimonial do AHPAMV começaram isoladamente de maneira tímida, porém foram sendo estruturadas e organizadas dentro de um Programa que vem se desenvolvendo de modo planejado e sistemático a um determinado tempo. É notório que as atividades são bem planejadas, coerentes com os objetivos da Instituição e formuladas de maneira que possam ser desenvolvidas de forma permanente. Outro aspecto que confirma essa característica é que o Programa está em constante “construção”. Atualmente uma nova atividade está sendo executada: “Visita Guiada Detetives na Casa dos Malheiros” e duas novas atividades estão sendo elaboradas: “Cuidar para não esquecer” e “A casa dos Malheiros”.

O trabalho desenvolvido no AHPAMV é de caráter educacional e está centrado no Patrimônio cultural e suas variações: patrimônio natural, patrimônio arquitetônico, patrimônio documental, patrimônio material e patrimônio imaterial. Agregando elementos pedagógicos, lúdicos e cênicos o patrimônio cultural da Instituição é revelado através das atividades desenvolvidas e estas promovem conhecimento e enriquecimento individual e coletivo ao público participante.

O patrimônio natural é explorado de maneira exaustiva através das informações que são passadas acerca do solo, dos matacões, das árvores e das plantas que estão no entorno do Arquivo. O patrimônio arquitetônico é revelado através da bela arquitetura dos dois casarões que constituem o Arquivo. A história das construções é relatada e detalhes da arquitetura da época são enfatizados e todos os espaços do Arquivo são apresentados nas visitas guiadas e nas demais atividades do Programa. O patrimônio documental que está sob custódia do Arquivo é constante em todas as atividades. O acervo é apresentado em todas as ações e

todos os projetos incluem documentos dele. O patrimônio material e imaterial é explorado principalmente nas atividades que compõem o Projeto Sensibilização para a Vida no âmbito humano, cultural e ambiental, onde os saberes e fazeres passados de geração a geração são trabalhados.

Dressler (2008), ex-diretora da Instituição, define os princípios da Educação Patrimonial que sustentam o Programa desenvolvido no Arquivo da seguinte forma:

A Educação Patrimonial é um importante mecanismo de alfabetização cultural que agrega elementos pedagógicos com o objeto patrimônio numa experiência direta, onde bens e fenômenos culturais são compreendidos e valorizados. A apropriação destes bens ocorre a partir de processos educativos, que implicam em: um saber, portanto produção de conhecimento; um agir, logo o estabelecimento de uma prática; uma expectativa de mudança de valores, conseqüentemente a construção de uma ética, pressupostos esses que alicerçam o Programa de Educação Patrimonial (DRESSLER, 2008, p. 10).

Essa declaração chama atenção para outro aspecto importante da Educação Patrimonial que é priorizado pelo Programa do AHPAMV, o fato de que a metodologia desenvolvida em ações de Educação Patrimonial busca levar as crianças a um processo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural por meio da experiência e do contato com as evidências e manifestações da cultura (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6). As atividades desenvolvidas no Programa tem por objetivo proporcionar esse processo de conhecimento, apropriação e valorização de tudo que se constitui patrimônio cultural. Através das atividades os alunos tem a possibilidade de conhecer, compreender e vivenciar as diversas formas em que esse patrimônio se apresenta. Devido todas as atividades serem práticas, os alunos são envolvidos na ação e vivenciam realmente aquela experiência potencializando o empoderamento da vivência.

As etapas propostas na metodologia da Educação Patrimonial de observação, registro, exploração e apropriação são desenvolvidas em todas as atividades que compõem o Programa. Na etapa de observação as ações são direcionadas para a identificação geral do bem cultural e para o desenvolvimento da percepção visual, através de exercícios de percepção, experimentação, dedução, jogos de detetive, etc. Na etapa de registro por meio de descrição verbal, análise de imagens, desenhos, etc. se aprofunda a observação fixando o conhecimento e desenvolvendo a análise crítica, a memória e o pensamento lógico. Na etapa de exploração o bem

cultural é contextualizado envolvendo a análise do problema, o levantamento de hipóteses, a discussão e a pesquisa documental. A última etapa envolve a internalização do conhecimento, a apropriação, o envolvimento afetivo e a valorização do bem cultural.

Outra questão importante nessa análise é a que Bellotto (2000, p. 162) enfatiza que “o serviço educativo de um arquivo deve fazer parte da estrutura organizacional da Instituição, não se limitando a constituir-se apenas em “eventos”, tais como as tradicionais visitas de estudantes a arquivos”. No AHPAMV o serviço educativo já foi institucionalizado e realmente faz parte da estrutura organizacional da Instituição. O Programa é desenvolvido de maneira permanente e sistemática, com calendário definido, indo além das tradicionais visitas a arquivos.

Por fim, vale destacar o que Bellotto (2000, p. 161) lembra “que o contato arquivo-escola não pode ser esporádico, festivo, inconsciente e casual. O que se propugna é a institucionalização da assistência educativa por parte do arquivo, de forma permanente, dinâmica e crescente”. As atividades desenvolvidas vem ao encontro dessa afirmativa, uma vez que o contato arquivo-escola vem se firmando no AHPAMV por meio do Programa de Educação Patrimonial. É perceptível que a assistência educativa do Arquivo é desenvolvida de maneira permanente, dinâmica e crescente e que tanto o Arquivo como as escolas prezam por manter esse vínculo.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou a prática da Educação Patrimonial em arquivos apresentando as atividades que compõem o Programa de Educação Patrimonial desenvolvido pelo AHPAMV. O trabalho foi desenvolvido com a finalidade de descrever e analisar as atividades desenvolvidas pelo Arquivo e compará-las com os fundamentos teóricos da Educação Patrimonial. Ao finalizar este estudo pode-se concluir que as atividades que compõem o Programa de Educação Patrimonial da Instituição são desenvolvidas de maneira dinâmica, sistemática, crescente e coerente com a teoria da Educação Patrimonial. Foi possível inferir que esse serviço de assistência educativa faz parte da estrutura organizacional do Arquivo e vem se aprimorando no decorrer de sua existência. As atividades do Programa de Educação Patrimonial são desenvolvidas com os objetivos de sensibilizar e conscientizar para a necessidade de preservação dos bens patrimoniais documentais, culturais e naturais, materiais e imateriais, proporcionando ao público um maior conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio cultural em suas diferentes manifestações.

O patrimônio natural é explorado por meio da natureza que rodeia o Arquivo; o patrimônio arquitetônico através da arquitetura dos casarões que constituem o Arquivo; o patrimônio documental por meio da apresentação de diferentes documentos do acervo e o patrimônio material e imaterial em vivências lúdicas onde são trabalhados os saberes e fazeres passados de geração a geração.

As atividades desenvolvidas no Programa de Educação Patrimonial são coerentes com os objetivos da Instituição e planejadas de maneira que possam ser desenvolvidas de forma permanente no Arquivo. Todas elas são de cunho educacional e tornam-se um importante agente de alfabetização cultural na medida em que permitem aos alunos a possibilidade de conhecer, compreender e vivenciar experiências através do contato como os bens culturais que a Instituição abriga.

O AHPAMV, através da prestação de serviços com fins educacionais e didáticos, proporciona ao público o acesso a todas as dependências da Instituição, especialmente o acervo do Arquivo. O contato direto com os diversos tipos documentais que estão sob a custódia do AHPAMV objetiva uma familiarização do público com o acervo a fim de gerar a ideia de pertencimento e criar um vínculo da

comunidade com a Instituição. Outro aspecto considerável é que por meio das ações desenvolvidas e da abertura do Arquivo a toda comunidade se sucede um processo de inclusão cultural de diferentes públicos que passam a se utilizar dos serviços oferecidos pelo Arquivo.

Assim, por meio da metodologia, aplicada pode-se afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados visto que o Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV foi descrito de forma exaustiva abrangendo suas características gerais e específicas. Cada atividade observada pode ser analisada segundo suas particularidades e à luz da teoria da Educação Patrimonial. Recomenda-se a continuidade de estudos sobre o uso da Educação Patrimonial como forma de os arquivos prestarem assistência educativa, visto que a metodologia proposta é possível de ser aplicada em instituições arquivísticas como foi demonstrado através da análise da prática do AHPAMV.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO (Porto Alegre). **Programa de Educação Patrimonial**. [200-]. Documento não publicado.

_____. **[Blog do] Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. Disponível em: <<http://ahpoa.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 jun 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Documento de arquivo e sociedade. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31. p. 167-175, jan./jun. 2002.

_____. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27. p. 151-166, jan./jun. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 23 maio 2011.

_____. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 23 maio 2011.

CORSETTI, Berenice. Neoliberalismo, memória histórica e Educação Patrimonial. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27. p. 49-58, jan./jun. 2000.

DRESSLER, Karine Georg. **Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**: trajetória, reconhecimentos e desafios. 2008. Disponível em: <http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/mesa_redonda3/karine.pdf>. Acesso em: 25 maio 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FRATINI, Renata. Educação Patrimonial em arquivos. **Histórica**: revista on line do Arquivo Público de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/>>. Acesso em: 18 maio 2011.

GEHLEN, Juliano. **Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/guia_do_arquivo_historico_-_2ed.pdf>.

GERHARDT, Tatiana Engel ; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras ; GRUNBERG, Evelina ; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da Educação Patrimonial. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27. p. 25-36, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 23 maio 2011.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, María Angélica. **Educación Patrimonial**: a experiência da quarta colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educación Patrimonial**: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2004.

MORAES, Allana Pessanha de. **Educación Patrimonial nas escolas**: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. [200-?]. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf>. Acesso em: 18 maio 2011.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como instrumento de cidadania. **Revista Museu**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_esp?id=3562>. Acesso em: 18 maio 2011.

SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. In: BARROS, Benedita da Silva (org.) et al. **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Centro Universitário do Pará, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da ; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em:
<<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Arquivologia e suas relações interdisciplinares**. Texto básico do curso de pós-graduação a distância Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos. Santa Maria, 2009.

_____. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT. Santa Maria: UFSM, 2006. 67 p.

_____. **Marketing aplicado aos arquivos**. Texto básico do curso de pós-graduação a distância Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos. Santa Maria, 2009.

ANEXO A - Declaração

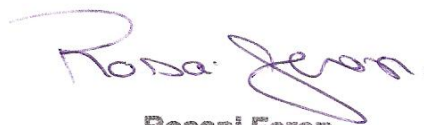


PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Secretaria Municipal da Cultura
Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho
Fone: 32197900
Blog: www.ahpoa.blogspot.com

DECLARAÇÃO

Declaramos que Édina Maria Gomes da Cunha Pureza foi autorizada a pesquisar os documentos produzidos pelo **Programa de Educação Patrimonial do AHPAM** e realizar **observações das atividades** para o Trabalho de Conclusão do *Curso de Pós-graduação a distância Especialização Latu-sensu gestão de arquivos* da Universidade Federal de Santa Maria.

Porto Alegre 07 de novembro de 2011.



Rosani Feron
Matr. 1034740.1
Diretor do Arquivo Histórico de Porto Alegre
Moysés Vellinho/SMC